RELATÓRIO DE GESTÃO

Nota Explicativa:

O POCAL - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na sua atual redação, estipula como documentos de Prestação de Contas, o Balanço, a Demonstração de Resultados, os Mapas de execução orçamental, o Anexo às demonstrações financeiras e o Relatório de Gestão.

Nesta conformidade, apresenta-se o Relatório de Gestão relativo ao exercício de 2016, elaborado de acordo com as normas estabelecidas no referido diploma, bem como na Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro - Regime Financeiro das Autarquias Locais, procurando-se traduzir fielmente a execução orçamental e patrimonial dos documentos previsionais, bem como a situação económica e financeira do Município de Mirandela.

O presente Relatório inicia-se com uma breve caraterização da entidade, seguindo-se a informação orçamental em que se procura clarificar a origem das receitas e despesas, bem como analisar o grau de execução dos valores previstos no Orçamento e Opções do Plano. Posteriormente é apresentada a análise patrimonial do Balanço e Demonstração de Resultados, finalizando-se com a demonstração do cumprimento do Plano de Saneamento Financeiro, conforme determinado no n.º 7 do artigo 40.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro - Lei das Finanças Locais, e no artigo 86.º da Lei n.º 73/2013.

1 - Caraterização da Entidade

1.1. - Identificação

A 25 de maio de 1250, o Rei D. Afonso III deu Carta de Foral a Mirandela, documento constante da chancelaria de El Rei D. Afonso III, Livro 2 de doações, fls 67 v, com o seguinte teor:

Aos moradores de Mirandela ffloral que lhes elrey dom Afonso conde de Bolonha concedeo etc – A. Dei gratia rex Port. Comes Bolon. amnibus has litteras inspecturis salutem. Noveritis quod ego pono cum hominibus de Mirandela et de sue termino quod de quolibet casato dent mihi quolibet anno vel meo Ricohomini vel cui ego mandavero sex sólidos legion. Pró collectis deparatis in ominibus regalibus. Intret meyrinus meus secundum fórum et consuetudinem de Blagancia pró omnibus suis dum foris et juribus et demandis. Dante apud Vimaranus manadante Rege per V. Didaci et R. Petri superjudices. VIII kalendas junii. Eª Mº CCª LXXXVIII.

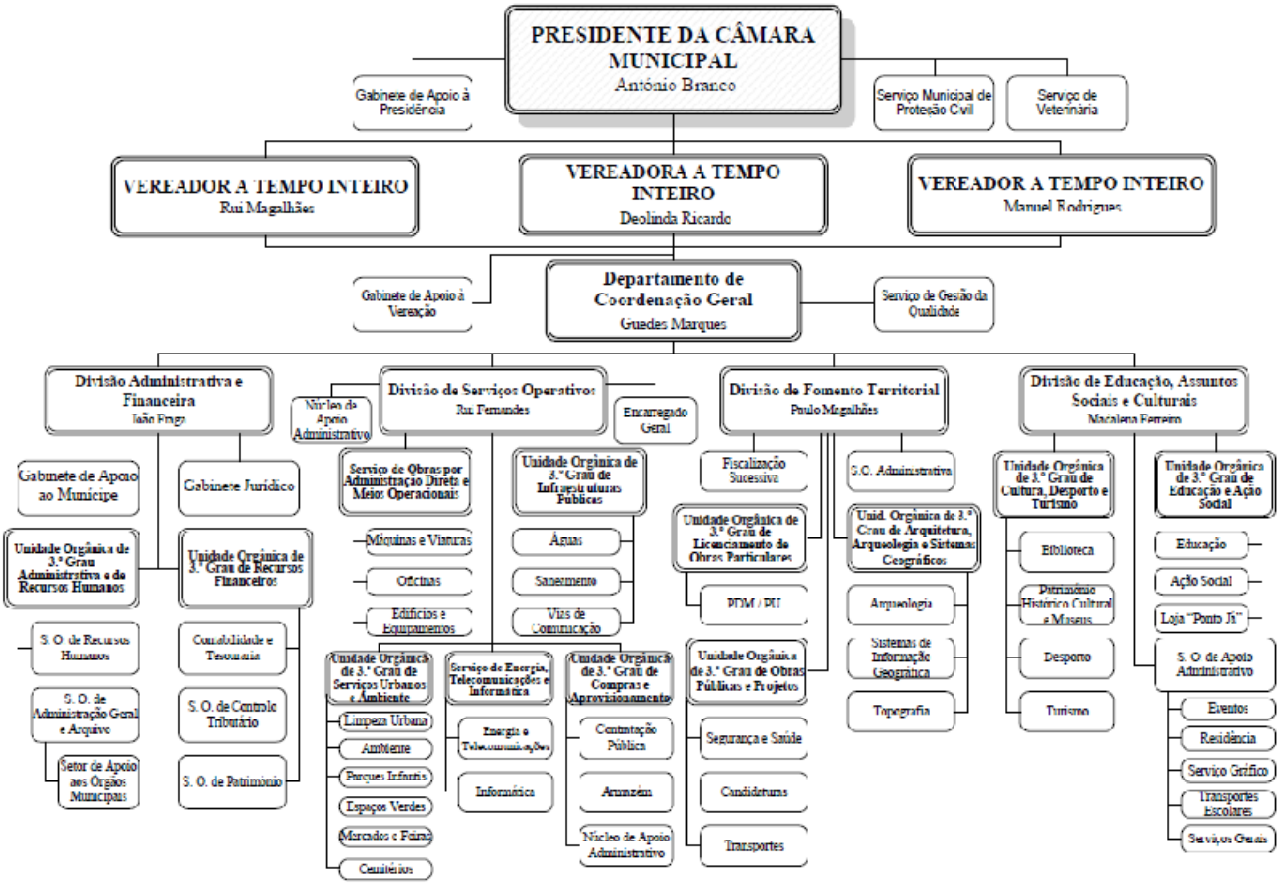
A 16 de maio de 1984, através da publicação da Lei n.º 12/84, de 28 de junho, Mirandela é elevada à categoria de cidade, passando a partir desse ano a ser comemorado o dia 25 de maio como feriado

municipal. Com uma privilegiada localização central relativamente ao território do concelho e da região, a cidade de Mirandela possui uma excelente ligação rodoviária (A4), bem como uma boa rede radial de estradas com as sedes dos concelhos limítrofes.

Localizado geograficamente no centro da região de Trás-os-Montes e Alto Douro, mais especificamente na denominada Terra Quente Transmontana, o concelho de Mirandela tem, de acordo com os censos de 2011, uma população residente de 23.850 habitantes e uma superfície de 659 Km^2, distribuída nos termos da reorganização administrativa do território das freguesias, por cinco uniões de freguesias, respetivamente, união das freguesias de Avantos e Romeu, união das freguesias de Franco e Vila Boa, união das freguesias de Avidagos, Navalho e Pereira, união das freguesias de Freixeda e Vila Verde, união das freguesias de Barcel, Marmelos e Valverde da Gestosa, e por vinte e cinco freguesias, respetivamente, Abambres, Abreiro, Aguieiras, Alvites, Bouça, Cabanelas, Caravelas, Carvalhais, Cedães, Cobro, Fradizela, Frechas, Lamas de Orelhão, Mascarenhas, Mirandela, Múrias, Passos, São Pedro Velho, São Salvador, Suções, Torre Dona Chama, Vale de Asnes, Vale de Gouvinhas, Vale de Salgueiro e Vale de Telhas.

1.2. - Estrutura Orgânica

O Município de Mirandela é, no âmbito da administração local, uma pessoa coletiva de direito público, sendo territorialmente responsável pela prossecução das atribuições que legalmente estão conferidas às autarquias locais. A Câmara Municipal é o órgão executivo colegial do Município, constituída por um presidente e por seis vereadores, reunindo-se de forma ordinária quinzenalmente no Salão Nobre do Palácio dos Távoras (construção nobre reedificada no século XVII). A Assembleia Municipal é o órgão deliberativo municipal, constituída por membros eleitos diretamente em número superior ao dos presidentes das uniões freguesia/juntas de freguesia que a integram, ou seja, 31 membros que acrescem aos 30 referidos presidentes, perfazendo um total de 61 elementos que reúnem em cinco sessões ordinárias anuais. A constituição, composição e organização dos seus órgãos estão reguladas na Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, estando o regime jurídico, atribuições e competências consagrados no Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.



2 - Análise da Execução Orçamental

2.1 - Execução Global do Orçamento

- **Modificações Orçamentais**

O Orçamento e as Grandes Opções do Plano para o exercício económico de 2016 foram aprovados com o montante total de 25.175.814 €, no entanto, tratando-se de documentos previsionais, elaborados de acordo com as regras estipuladas no POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei 54-A/99, de 22 de fevereiro, na sua atual redação, bem como no Regime Financeiro das Autarquias Locais - Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação, foram objeto de seis modificações orçamentais.

Quadro n.º 1 – Resumo das Modificações Orçamentais

Descrição	Dotação Inicial	Reforços	Anulações	Dotações Corrigidas	Variação
Receita					
Impostos Indiretos	2 954 008,00	0,00	0,00	2 954 008,00	0,00
Impostos Diretos	118 217,00	0,00	0,00	118 217,00	0,00
Taxas, Multas e Outras Penalidades	736 148,00	0,00	0,00	736 148,00	0,00
Rendimentos de Propriedade	1 227 000,00	0,00	0,00	1 227 000,00	0,00
Transferências Correntes	11 939 307,00	0,00	0,00	11 939 307,00	0,00
Venda de Bens e Serviços Correntes	3 411 441,00	0,00	0,00	3 411 441,00	0,00
Outras Receitas Correntes	115 000,00	0,00	0,00	115 000,00	0,00
Total das Receitas Correntes	**20 501 121,00**	**0,00**	**0,00**	**20 501 121,00**	**0,00**
Vendas de Bens de Investimento	315 600,00	0,00	0,00	315 600,00	0,00
Transferências de Capital	4 239 093,00	3 192 000,00	3 284 104,51	4 146 988,49	-92 104,51
Outras Receitas de Capital	120 000,00	0,00	0,00	120 000,00	0,00
Total Receitas de Capital	**4 674 693,00**	**3 192 000,00**	**3 284 104,51**	**4 582 588,49**	**-92 104,51**
Reposição não Abatida nos Pagamentos	0,00	10 000,00	0,00	10 000,00	10 000,00
Saldo de Gerência Anterior	0,00	388 752,96	0,00	388 752,96	388 752,96
Total Outras Receitas	**0,00**	**398 752,96**	**0,00**	**398 752,96**	**398 752,96**
Total Receita	**25 175 814,00**	**3 590 752,96**	**3 284 104,51**	**25 482 462,45**	**306 648,45**
Despesa					
Despesas com o Pessoal	5 971 500,00	100 200,00	350 554,39	5 721 145,61	-250 354,39
Aquisição de Bens e Serviços	10 409 000,00	870 500,00	694 650,00	10 584 850,00	175 850,00
Juros e Outros Encargos	567 094,00	5 000,00	174 000,00	398 094,00	-169 000,00
Transferências Correntes	1 551 450,00	164 460,00	120 000,00	1 595 910,00	44 460,00
Subsídios	218 000,00	112 000,00	18 000,00	312 000,00	94 000,00
Outras Despesas Correntes	265 000,00	4 500,00	95 000,00	174 500,00	-90 500,00
Total Despesas Correntes	**18 982 044,00**	**1 256 660,00**	**1 452 204,39**	**18 786 499,61**	**-195 544,39**
Aquisição de bens de Capital	3 882 000,00	5 047 102,96	4 442 110,12	4 486 992,84	604 992,84
Transferências de Capital	602 000,00	9 700,00	75 000,00	536 700,00	-65 300,00
Ativos Financeiros	144 949,00	0,00	4 000,00	140 949,00	-4 000,00
Passivos Financeiros	1 459 821,00	70 500,00	0,00	1 530 321,00	70 500,00
Outras Despesas de Capital	105 000,00	0,00	104 000,00	1 000,00	-104 000,00
Total Despesas de Capital	**6 193 770,00**	**5 127 302,96**	**4 625 110,12**	**6 695 962,84**	**502 192,84**
Total da Despesa	**25 175 814,00**	**6 383 962,96**	**6 077 314,51**	**25 482 462,45**	**306 648,45**

De acordo com o Ponto 8.3.1.3 do POCAL, o aumento do valor global do orçamento efetua-se através do mecanismo designado por Revisão Orçamental que, durante o ano de 2016, foi utilizado

por quatro vezes, nomeadamente para inclusão do saldo da gerência de 2015 e para criação de novos projetos no Plano Plurianual de Investimentos que foram objeto de financiamento externo aprovado durante o ano de 2016. No entanto, tendo-se verificado a impossibilidade de executar todos os projetos previsto, foi realizada uma revisão em baixa no sentido de ajustar o orçamento à sua real execução. Para além destas quatro revisões, foram ainda efetuadas duas alterações orçamentais, salientando-se que as alterações são mutações inter-rubricas que não alteram o valor global do orçamento. Das modificações referidas, resultou um orçamento corrigido de 25.485.462€, conforme ilustra o quadro seguinte.

- **Fluxos de Caixa**

O mapa de Fluxos de Caixa, que integra os documentos de Prestação de Contas, resume todos os recebimentos e pagamentos efetuados na gerência, quer sejam de carater orçamental ou não orçamental, evidenciando ainda os saldos iniciais e finais do exercício económico. São consideradas operações de tesouraria as cobranças (receitas não orçamentais) que o Município faz para posteriormente entregar a terceiros (despesas não orçamentais).

Quadro n.º 2 – Resumo dos Fluxos de Caixa

Saldo da Gerência Anterior	
Execução Orçamental	388.752,96
Operações de Tesouraria	865.996,34
Receita	
Receita Corrente	18.201.961,23
Receita de Capital	1.634.693,72
Outras Receitas	1.260,81
Operações de Tesouraria	1.190.646,06
Despesa	
Despesa Corrente	15.710.522,03
Despesa de Capital	3.842.419,17
Operações de Tesouraria	1.202.892,28
Saldo para a Gerência Seguinte	
Execução Orçamental	673.727,52
Operações de Tesouraria	853.750,12

O quadro n.º 2 sintetiza os Fluxos de Caixa do exercício em análise, verificando-se que, relativamente à execução orçamental, a entrada de fundos ascendeu a 19.837.916 €, o que atendendo ao saldo transitado de 2015, resultou num valor total disponível para pagamentos orçamentais de 20.226.669 €. No entanto, os pagamentos de índole orçamental totalizaram 19.552.941 €, resultando num saldo para o exercício de 2017 de 673.728 €, importa referir que parte

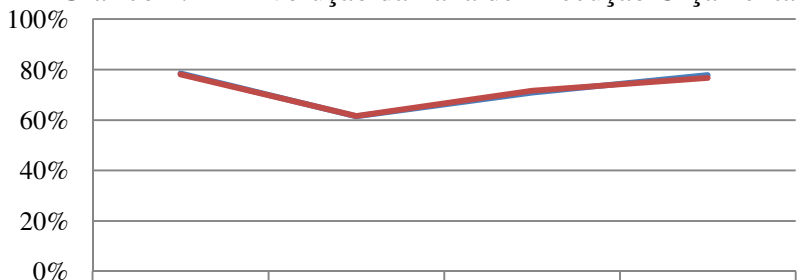
deste montante entrou nos cofres da Autarquia no último dia do ano, dificultando a realização de pagamentos em tempo útil. No que respeita às Operações de Tesouraria, considerando o saldo inicial de 865.996 €, bem como os recebimentos (1.190.646 €) e os pagamentos (1.202.892 €), concluiu-se o ano de 2016 com um saldo de 853.750 €.

- **Execução do Orçamento**

O exercício em análise representa um dos melhores resultados de execução orçamental do Município, este resultado apenas tinha sido atingido no ano de 2013, evidenciando-se que as taxas de execução alcançadas nesse ano tornaram-se possíveis devido à contratualização do empréstimo de saneamento financeiro no montante de 7.600.000 €, tendo-se verificado o mesmo em 2015 com a contratação de um empréstimo de curto prazo (3.000.000 €). No entanto, durante o ano de 2016 não houve arrecadação de receitas por via de contratos de empréstimos, nem de outras receitas extraordinárias, o que demonstra cada vez mais o rigor da elaboração dos documentos previsionais, bem como de toda a execução orçamental. O gráfico n.º 1 representa a evolução das taxas de execução durante os últimos quatro anos, verificando-se uma nítida evolução positiva.

Na análise da execução das receitas não foi considerado o saldo da gerência de 2015 no montante de 388.753 €, uma vez que este não respeita a receitas cobradas no exercício económico de 2016.

Gráfico n.º 1 - Evolução da Taxa de Execução Orçamental



	2013	2014	2015	2016
Execuçao Receita	79%	62%	71%	78%
Execuçao Despesa	78%	62%	72%	77%

O quadro n.º 3 sintetiza o grau de execução das receitas e despesas, salientando-se que do total das receitas orçadas apenas 21 % não foram executadas. Relativamente às despesas, verifica-se que 23% não foram executadas e, à semelhança das receitas, as despesas correntes foram as que tiveram maior taxa de execução.

Quadro n.º 3 – Resumo da Execução Orçamental

		Dotação Corrigida	Execução	Grau de Execução	Desvio Orçamental
Receitas	Correntes	20 501 121,00	18 201 961,36	88,79%	11,21%
	Capital	4 582 588,49	1 634 693,72	35,67%	64,33%
	Outras	10 000,00	1 260,82	12,61%	87,39%
	Total Receitas	**25 093 709,49**	**19 837 915,90**	**79,06%**	**20,94%**
Despesas	Correntes	18 786 499,61	15 710 522,03	83,63%	16,37%
	Capital	6 695 962,84	3 842 419,17	57,38%	42,62%
	Total Despesas	**25 482 462,45**	**19 552 941,20**	**76,73%**	**23,27%**

Observando ainda o quadro n.º 3, destaca-se que a receita corrente foi superior à despesa da mesma natureza, concretizando-se uma poupança corrente de 2.491.439 €, cumprindo-se desta forma o princípio do equilíbrio orçamental consagrado na alínea *e)* do Ponto 3.1.1 do POCAL, bem como o n.º 2 do artigo 40.º da Lei n.º 73/2013, que determina que a *receita corrente bruta deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos* (quadro n.º 4), salientando-se que as amortizações representam 1.447.494 €.

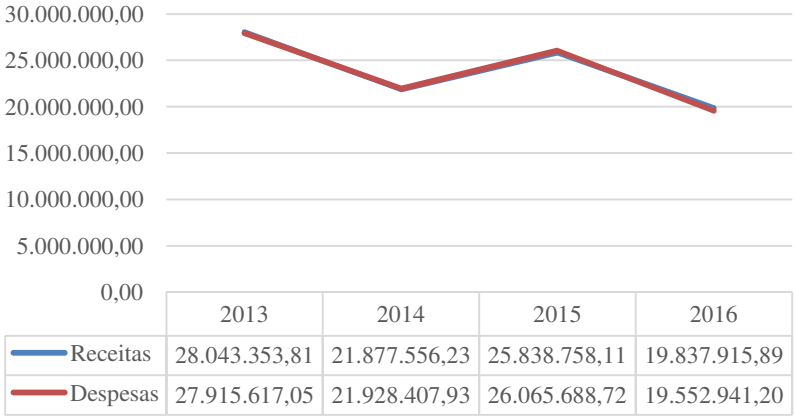
Quadro n.º 4 – Equilíbrio Orçamental

Receita Corrente Bruta	Despesa Corrente + Amortizações Médias	Saldo Corrente
(a)	(b)	(c) = (a) - (b)
18 201 961,36	17 158 016,23	1 043 945,13

O gráfico n.º 2, estabelece a comparação dos últimos quatro anos, verificando-se o decréscimo das receitas e despesas, uma vez que conforme mencionado anteriormente, no exercício em estudo não houve arrecadação de receitas extraordinárias.

Apesar de o exercício de 2016 ter registado uma taxa de execução superior à dos dois últimos anos (gráfico n.º 1), este foi o ano em que houve menos arrecadação de receitas e pagamento de despesas (gráfico n.º 2), o que pode parecer contraditório, no entanto o cálculo da taxa de execução orçamental considera o valor efetivamente pago relativamente ao valor previsto para o ano, sendo que o exercício de 2016 foi aquele em que o valor final do orçamento foi menor.

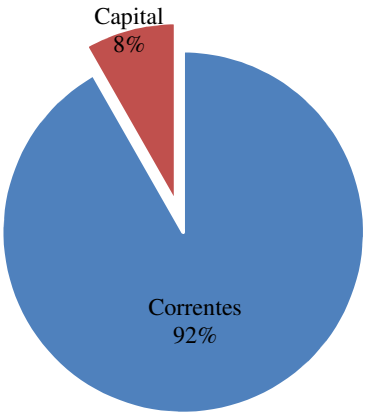
Gráfico n.º 2 - Evolução das Receitas e Despesas



2.2 - Receita

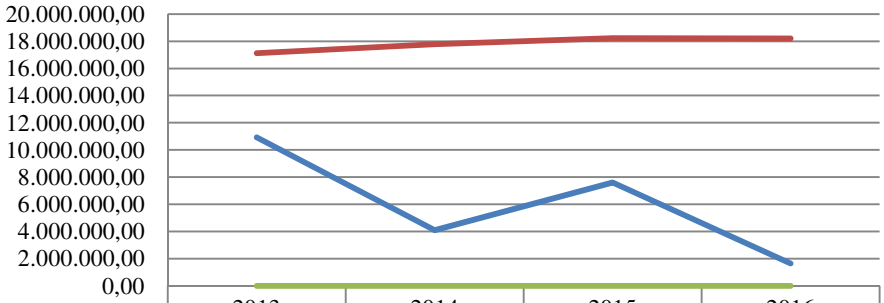
Conforme se pode verificar pelo gráfico n.º 3, a receita do Município é constituída maioritariamente por receitas correntes que totalizaram 18.201.961 € (92%), enquanto que as de capital ascenderam a 1.634.694 € (8%).

Gráfico n.º 3 - Estrutura da Receita



Analisando os últimos quatro anos (gráfico n.º 4), constata-se que a receita de capital tem registado uma diminuição acentuada, não se verificando o mesmo com a receita corrente que tem vindo a estabilizar, estes dois grupos serão objeto de análise mais pormenorizada nos pontos seguintes deste relatório. De salientar que o grupo designado por outras receitas, corresponde às reposições não abatidas nos pagamentos que são eventuais restituições feitas à Autarquia de pagamentos que esta efetuou no exercício anterior, englobam-se também neste grupo, o saldo da gerência anterior, mas conforme já mencionado não foi considerado nesta análise.

Gráfico n.º 4 - Evolução da Receita

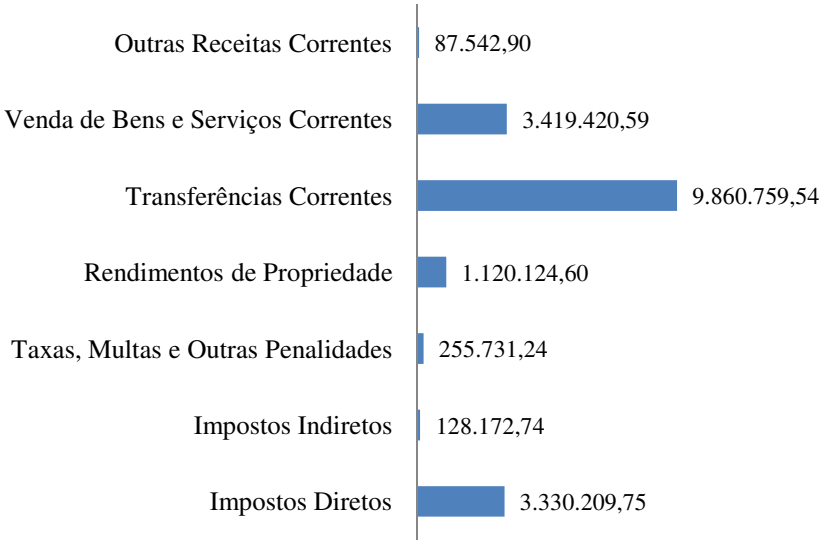


	2013	2014	2015	2016
Receita Capital	10.924.330,79	4.106.332,47	7.615.185,03	1.634.693,72
Receita Corrente	17.117.289,77	17.770.969,51	18.223.558,08	18.201.961,36
Outras Receitas	1.733,25	254,25	15,00	1.260,81

2.2.1 - Receitas Correntes

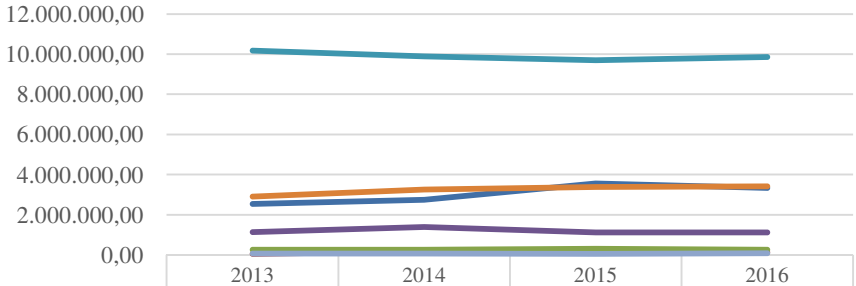
De acordo com os dados anteriormente apresentados, a receita corrente representa mais de 90 % da receita total, para a qual concorrem maioritariamente os impostos diretos, os rendimentos de propriedade, a venda de bens e serviços e as transferências do Orçamento do Estado, como se pode observar no gráfico n.º 5.

Gráfico n.º 5 - Receitas Correntes



O gráfico n.º 6 representa a evolução que as receitas correntes tiveram desde o ano de 2013. Em termos genéricos, comparativamente ao período de 2015, a receita corrente registou um aumento na rubrica de Transferências Correntes de 161.622 €, sendo uma das receitas mais representativas na estrutura autárquica. Por outro lado, os impostos indiretos, a venda de bens e serviços e as receitas de carater residual registaram também um ligeiro aumento face aos restantes períodos em análise.

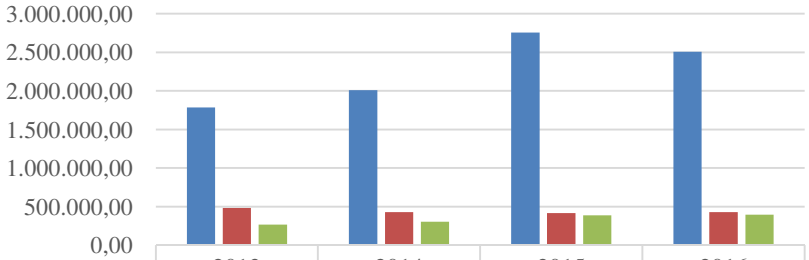
Gráfico n.º 6 - Evolução das Receitas Correntes



	2013	2014	2015	2016
Impostos Diretos	2.535.659,25	2.742.878,40	3.561.375,83	3.330.209,75
Impostos Indiretos	49.264,77	174.321,35	101.105,04	128.172,74
Taxas, Multas e Outras Penalidades	257.726,88	253.135,94	298.346,66	255.731,24
Rendimentos de Propriedade	1.127.747,50	1.392.238,87	1.119.547,60	1.120.124,60
Transferências Correntes	10.183.556,41	9.893.748,98	9.699.138,15	9.860.759,54
Venda de Bens e Serviços Correntes	2.902.607,99	3.248.419,65	3.390.255,41	3.419.420,59
Outras Receitas Correntes	60.260,97	66.226,32	53.789,39	87.542,90

Relativamente aos Impostos Diretos (gráfico n.º 7), a evolução foi positiva, à exceção do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) que decresceu cerca de 250.000 €, resultado da alteração ao Código do IMI introduzida pelo Orçamento do Estado para 2016 que isentou deste imposto os prédios rústicos e urbanos pertencentes a sujeitos passivos que não atinjam um rendimento superior a 2,3 vezes o valor anual do Indexante de Apoios Sociais - IAS e o valor patrimonial tributário global da totalidade dos seus prédios rústicos e urbanos não exceda dez vezes o valor anual do IAS. Tratando-se de um concelho do interior do país, em que existem muitos prédios urbanos pertencentes a cidadãos emigrados que não possuem rendimentos no território português e que por esse motivo, desde que os bens tenham valor patrimonial inferior ao limite estipulado, estão a beneficiar desta isenção automática, ao que acresce ainda a redução da taxa de IMI em função do número de dependentes, nos termos que estavam previstos no n.º 13 do artigo 112.º do CIMI, designadamente com uma redução de 10% para as famílias com um dependente, de 15% para as famílias com dois dependentes e de 20% para as famílias com três ou mais dependentes.

Gráfico n.º 7 - Evolução dos Impostos Diretos



	2013	2014	2015	2016
IMI	1.784.004,52	2.007.679,94	2.756.840,78	2.507.103,05
IUC	482.737,12	430.121,35	417.878,11	428.111,58
IMT	268.917,61	305.077,11	386.656,94	394.921,25

As Transferências Correntes, à semelhança dos anos anteriores, são a fonte de receita mais importante do Município, evidenciando a sua dependência relativamente às transferências provenientes do Orçamento do Estado.

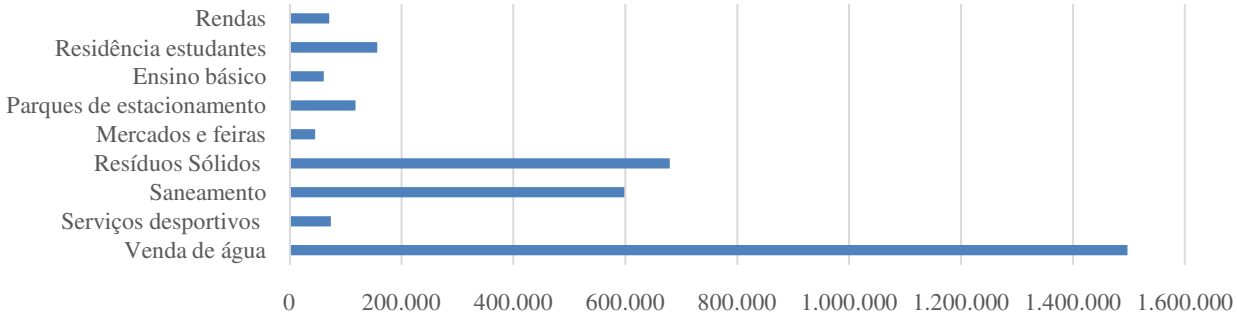
Comparativamente ao ano transato, este tipo de receitas teve um ligeiro aumento, provocado essencialmente pelo aumento no Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) de cerca de 145.000 €.

Quadro n.º 5 - Transferências correntes

Entidade	Descrição	Valor €
Direção Geral das Autarquias Locais - DGAL	FEF Corrente	8.292.571,15
Direção Geral das Autarquias Locais - DGAL	Fundo Social Municipal	510.594,00
Direção Geral das Autarquias Locais - DGAL	Participação Fixa no IRS	699.749,00
Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares - Norte	Financiamento de Despesas do 1.º Ciclo	170.512,66
Instituto para o Desenvolvimento da Agricultura e Pesca, IP	Subsídios agrícolas	69,06
Inst. Conservação da Natureza e Florestas - Dir. Reg. Norte	Gabinete Técnico Florestal	16.820,72
Instituto de Emprego e Formação Profissional, IP	Programas Ocupacionais	148.943,87
Instituto da Segurança Social	Comissão de Proteção de Menores	21.499,08
	Total	**9.860.759,54**

O gráfico n.º 8 elucida sobre a importância da receita proveniente da faturação de água para a Autarquia, pois verifica-se que a venda de água, juntamente com a taxa de saneamento e de resíduos sólidos representam a maior fatia deste grupo de receitas, no entanto convém referir que, por outro lado, as despesas associadas à aquisição de água, ao tratamento de águas residuais e à recolha e tratamento de resíduos representam também a maior fatia das despesas correntes.

Gráfico n.º 8 - Aquisição de Bens e Serviços

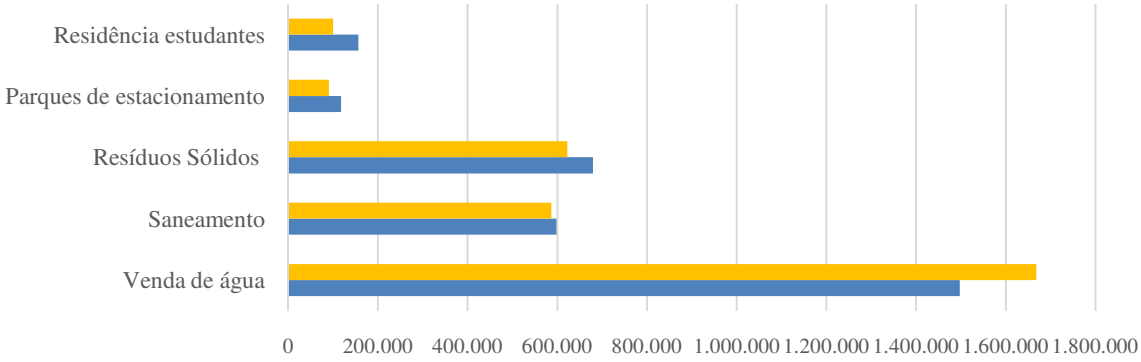


	Venda de água	Serviços desportivos	Saneamento	Resíduos Sólidos	Mercados e feiras	Parques de estacionamento	Ensino básico	Residência estudantes	Rendas
valor	1.497.273	73.970	598.138	679.708	45.919	117.643	61.177	156.473	70.731

O gráfico n.º 9 representa as receitas que mais se destacam no grupo em análise, constatando-se que a venda de água foi a única que decresceu, de salientar que nesta rubrica registaram-se anulações de

receita superiores a 220.000 € devido a problemas verificados com o processamento da faturação respeitante ao mês de novembro, tendo originado um atraso na cobrança da faturação respeitante à venda de água, o que ao estabelecer a comparação com o exercício económico anterior provoca uma diminuição da receita, mas na realidade o período de cobrança foi inferior em 2016 comparativamente aos anos anteriores.

Gráfico n.º 9 - Evolução da Venda de Bens e Serviços



	Venda de água	Saneamento	Resíduos Sólidos	Parques de estacionamento	Residência estudantes
2015	1.668.121	586.378	622.696	90.507	100.056
2016	1.497.273	598.138	679.708	117.643	156.473

De destacar ainda que a receita proveniente do estacionamento tarifado aumentou devido ao alargamento das zonas tarifadas, bem como a cobrança relativa à Residência de Estudantes em resultado de um maior esforço por parte do Município em recuperar dívidas de terceiros.

2.2.2 - Receitas de Capital

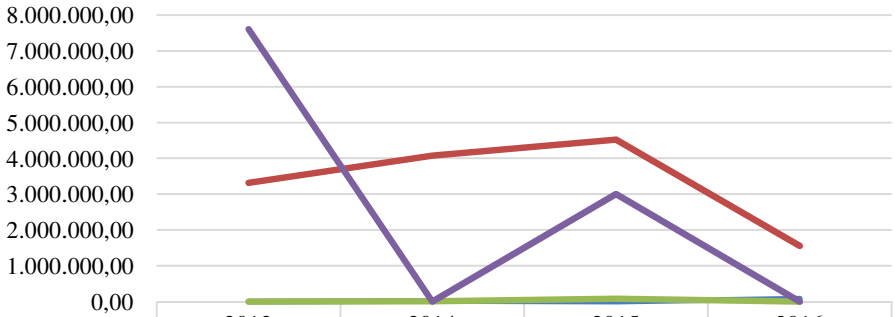
O grau de execução das receitas de capital foi de 36 %, correspondendo a uma arrecadação de 1.634.694 €. A rubrica transferências de Capital, proveniente principalmente do Orçamento do Estado (FEF), representa 95 % da totalidade destas receitas.

Quadro n.º 6 - Receitas de Capital

Descrição	Previsões Corrigidas	Receitas Liquidadas	Peso por Rubrica	Grau de Execução
Vendas de Bens de Investimento	315.600,00	80.725,00	5%	26%
Transferências de Capital	4.146.988,49	1.553.968,72	95%	37%
Outras Receitas de Capital	120.000,00	0,00		
Total	**4 582 588,49**	**1 634 693,72**	**100%**	**36%**

O gráfico n.º 10 carateriza a evolução das receitas de capital desagregada pela sua classificação económica, demonstrando que os anos de 2013 e 2015 foram atípicos devido à contratação de empréstimos, sendo que em 2015 verificou-se ainda um volume considerado de transferências provenientes de obras financiadas devido ao encerramento de diversas candidaturas, o que justifica o declínio acentuado nas transferências de capital recebidas, pelo que no exercicio de 2016 este grupo é constituido na sua maioria pelo FEF.

Gráfico n.º 10 - Evolução das Receitas de Capital

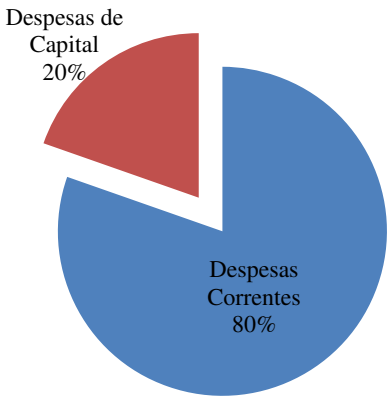


	2013	2014	2015	2016
Vendas de Bens de Investimento	3.956,92	17.638,30	3.975,00	80.725,00
Transferências de Capital	3.320.373,87	4.080.060,66	4.525.386,27	1.553.968,72
Outras Receitas de Capital	0,00	8.633,51	85.823,76	0,00
Passivos Financeiros	7.600.000,00	0,00	3.000.000,00	0,00

2.3 - Despesa

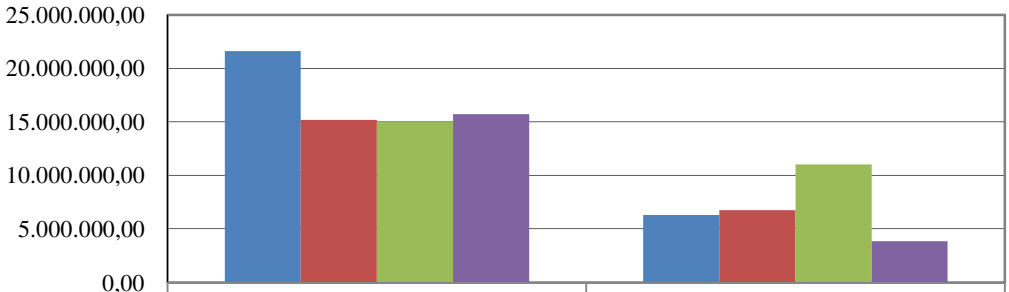
Observando a estrutura que o orçamento da despesa teve durante o ano de 2016, atesta-se que as despesas correntes representam 80 % da despesa total que o Município realizou.

Gráfico n.º 11 - Estrutura da Despesa



Pela análise do gráfico n.º 12 e comparativamente aos últimos dois anos, as despesas correntes tiveram um ligeiro aumento, enquanto que as de capital reduziram drasticamente, sublinha-se o facto de em 2013 ter sido o ano da implementação do Plano de Saneamento Financeiro (PSF), tendo-se verificado a contratação de um empréstimo de 7.600.000 € para pagamento de dívidas a fornecedores o que resultou num aumento substancial da despesa. Para além disso no ano de 2015 o empréstimo de curto prazo contratado foi canalizado para o pagamento de despesas de capital devido à necessidade de execução financeira de diversas empreitadas objeto de candidaturas a fundos comunitários, o que provocou ainda um abrandamento das despesas de capital no exercício de 2016.

Gráfico n.º 12 - Evolução do Orçamento da Despesa

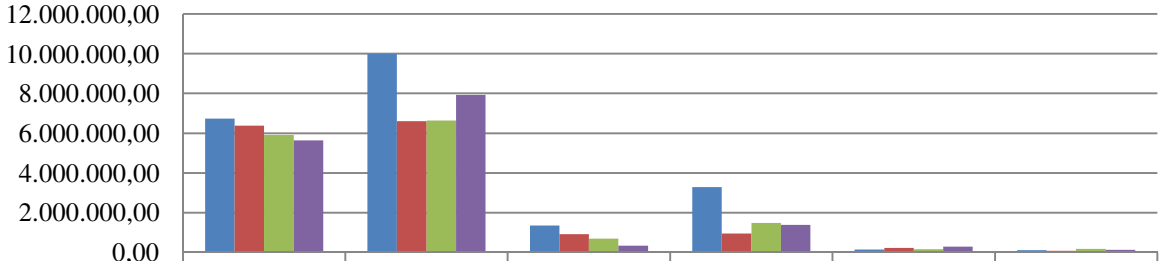


	Despesa Corrente	Despesa de Capital
2013	21.612.770,45	6.302.846,60
2014	15.168.166,19	6.760.241,74
2015	15.046.115,78	11.019.572,94
2016	15.710.522,03	3.842.419,17

2.3.1 - Despesas Correntes

De acordo com a análise do ponto anterior, as despesas correntes ascenderam ao montante de 15.710.522 €. O gráfico n.º 13 ilustra a evolução de todas as despesas de carater corrente, verificando-se que as despesas com pessoal afeto à Autarquia e a aquisição de bens e serviços continuam a ser as que maior peso têm no total destas despesas, apresentando, no entanto, uma evolução contrária, pois se os encargos com pessoal diminuiram 277.555 €, a aquisição de bens e serviços aumentaram 1.292.846 € comparativamente ao ano anterior.

Gráfico n.º 13 - Evolução das Despesas Correntes



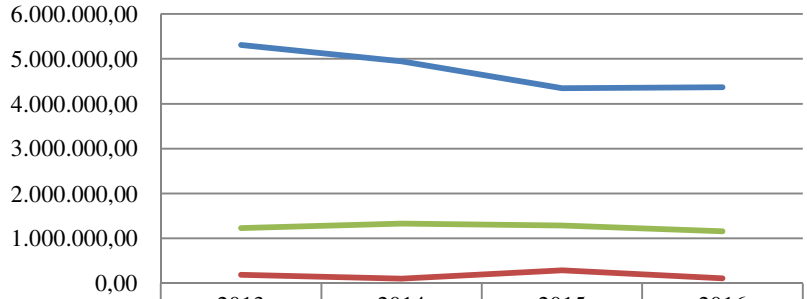
	Despesas com Pessoal	Aquisição de Bens e Serviços	Juros e Outros Encargos	Transferências Correntes	Subsídios	Outras Despesas Correntes
2013	6.730.565,11	9.986.522,39	1.356.726,57	3.288.505,55	143.409,34	107.041,49
2014	6.382.566,56	6.611.142,66	925.110,09	942.102,84	230.892,39	76.351,65
2015	5.916.185,32	6.633.110,12	689.996,93	1.474.721,20	153.328,69	178.773,52
2016	5.638.630,70	7.925.956,00	344.824,66	1.382.833,24	287.016,50	131.260,93

Conforme referido, as despesas com pessoal têm apresentado nos ultimos anos uma tendência decrescente, resultado da redução de pessoal implementada desde a entrada em vigor do PSF, tendo-se verificado uma redução de seis trabalhadores comparativamente a 2015. Observando o gráfico n.º 14 que ilustra a evolução dos grandes itens deste grupo de despesas, constata-se que a despesa com remunerações aumentou 24.479 €, em resultado da Lei n.º 159-A/2015, de 30 de dezembro que determinou a eliminação progressiva ao longo do ano de 2016 da redução remuneratória prevista na Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, bem como da atualização do salário mínimo nacional. Em contrapartida, os abonos variáveis e eventuais registaram uma forte diminuição, uma vez que em 2015 procedeu-se ao pagamento de indemnizações a dois trabalhadores que solicitaram a sua desvinculação definitiva no âmbito do mecanismo das rescisões por mútuo acordo introduzido excecionalmente nesse ano. No cômputo geral as despesas com pessoal diminuíram 277.555 € quando comparadas com o exercício anterior,

Relativamente aos abonos variáveis e eventuais pagos no exercicio de 2016, destacam-se as horas extraordinárias com um valor total de 50.600 €, bem como as ajudas de custo no montante de 19.142 €, salientando-se que se encontram aqui englobadas as ajudas de custo pagas aos membros de Assembleia Municipal (9.087 €).

De referir ainda os membros do Orgão Deliberativo auferiram senhas de presença no montante de 24.103 €.

Gráfico n.º 14 - Evolução das Despesas com Pessoal



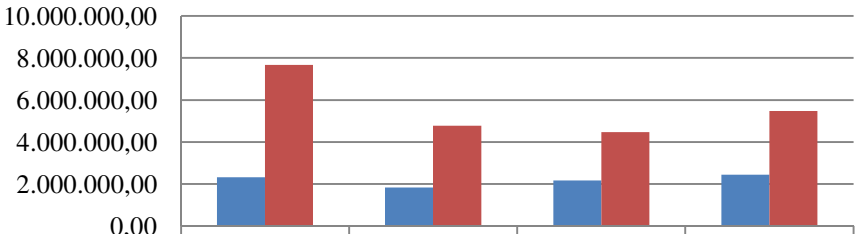
	2013	2014	2015	2016
Remunerações	5.311.908,14	4.942.866,99	4.342.844,47	4.367.323,41
Abonos Variáveis e Eventuais	187.280,75	106.736,68	288.880,22	112.263,26
Encargos com Remunerações	1.231.376,22	1.332.962,89	1.284.460,63	1.159.044,03

A aquisição de bens e serviços correntes é a rubrica que maior peso tem no total das despesas correntes, tendo registado no exercício em análise um valor de 7.925.956 €, que se repartem de acordo com o gráfico n.º 15, verificando-se que os serviços adjudicados e pagos pelo Municipio ascenderam a 5.474.314 €, destacando-se os encargos com eletricidade e gás (678.313 €) bem como os respeitantes à limpeza (138.243 €) dos diversos edificios municipais, as comunicações (163.654€) os transportes escolares (438.528 €), a iluminação pública (682.871 €), o tratamento em alta de águas residuais (1.048.573 €), os encargos com a adjudicação do serviço de recolha e tratamento de resíduos sólidos (1.149.464 €). Todos estes encargos diminuiram relativamente a 2015, à exceção do tratamento de água e residuos que aumentarem cerca de 850.000 €.

Relativamente à aquisição de bens que registou uma despesa de 2.451.642 €, ou seja mais 286.132€ que no ano de 2015, evidenciam-se a aquisição de matérias primas para intervenções por administração direta (167.591 €), os combustiveis (154.147 €), o fornecimento de refeições aos alunos do pré-escolar e do ensino básico (268.084 €) e a compra de água para fornecimento a todo o concelho (1.530.039 €). Das despesas referidas, a aquisição de água foi a responsável pelo aumento deste conjunto de despesas comparativamente ao exercicio anterior.

Importa referir que apesar do valor executado ter aumentado, os compromissos assumidos nestas despesas mantiveram-se praticamente idênticos ao ano anterior, sendo que os compromissos por pagar no final do exercicio foram menores em 2016 o que significa que não houve aumento da despesa assumida perante os diversos fornecedores.

Gráfico n.º 15 - Aquisição de Bens e Serviços Correntes

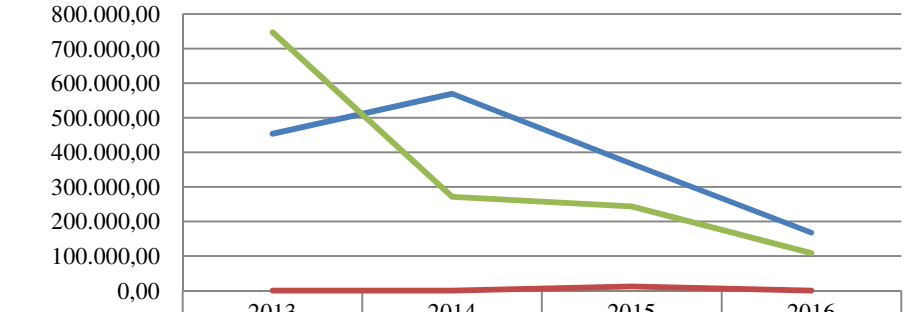


	2013	2014	2015	2016
Bens	2.322.092,60	1.837.729,42	2.165.510,04	2.451.641,86
Serviços	7.664.429,79	4.773.413,24	4.467.600,08	5.474.314,14

De acordo com o gráfico n.º 16 os juros de empréstimos de médio e longo prazos diminuiram para menos de metade do valor pago em 2015, em consequência da conjuntura económica dos últimos anos que tem registado uma queda acentuada das taxas de juro de empréstimos bancários. A análise do gráfico seguinte reforça a afirmação anterior, verificando-se um notável declive na linha respeitante aos juros de empréstimos. De salientar que no ano de 2013 foi contratado o empréstimo de saneamento financeiro que provocou um ligeiro aumento deste encargo em 2014 motivado pelo incremento de um novo empréstimo e não pelo aumento das taxas de juro.

No que respeita aos outros juros, a diminuição deve-se ao términus dos contratos de cessão de créditos de vários fornecedores que ocorreu no ano de 2015, bem como à redução dos prazos de pagamento aos diversos credores que motivou o decréscimo dos juros de mora.

Gráfico n.º 16 - Juros da Dívida Pública



	2013	2014	2015	2016
Emp. MLP	453.770,01	569.724,22	366.520,21	167.532,77
Emp. CP	0,00	0,00	12.405,62	0,00
Outros	747.726,65	271.013,65	243.871,82	108.861,05

As transferências correntes efetuadas para as diversas entidades do concelho diminuiram cerca de 92.000 €, de salientar que esta despesa tem sido alvo de um forte controlo pois a sua redução faz parte integrante do PSF a que o Município se vinculou. Observando o gráfico n.º 13 constata-se que o valor transferido em 2016 foi menos de metade do valor realizado em 2013.

De forma a possibilitar a análise das transferências totais efetuadas para cada Entidade, quer sejam de carácter corrente ou de capital, apresenta-se o quadro seguinte.

Quadro n.º 7 – Transferências Efetuadas

Entidade	Correntes	Capital	Total
Agro Industrial do Nordeste, S.A. - AIN	120.000,00		120.000,00
Apoios a famílias carenciadas	28.910,17	1.223,80	30.133,97
Apoios a Empresas Locais / GAEE	13.700,00		13.700,00
Associação Desenvolvimento de São Pedro de Vale do Conde	5.400,00		5.400,00
Associação Cultural Recreativa e Desportiva de Valbom dos Figos	1.080,00		1.080,00
Associação de Socorros Mútuos E dos Artistas Mirandelenses	31.715,64		31.715,64
Associação dos Municípios da Terra Quente Transmontana	666.362,37	83.461,55	749.823,92
Associação Hum. Bombeiros Voluntários de Torre de D. Chama	43.286,12	67.717,03	111.003,15
Associação Hum. Bombeiros Voluntários e Cruz Amarela Mirandela	110.496,12		110.496,12
Associação para o Desenvolvimento da Terra Quente - DESTEQUE	25.750,00		25.750,00
Associação Mirandelense de Artes Orientais	1.800,00		1.800,00
Associação Mircom-Mirandela Comercial	24.000,00		24.000,00
Associação de Estudantes da ESACT	2.000,00		2.000,00
Associação Torriense de Lutas e Desportos Radicais A.T.L.D.R.	600,00		600,00
C.N.E.-Agrupamento 777 do Cachão	1.150,00		1.150,00
Camir-Clube Amador de Mirandela	12.000,00		12.000,00
Casa da Cultura e Recreio de Cachão	30.240,00		30.240,00
Clube Ciclismo de Mirandela	1.800,00		1.800,00
Clube de Campismo e Caravanismo de Mirandela	10.455,46	19.250,00	29.705,46
Clube Ténis de Mesa de Mirandela	72.653,36	9.091,50	81.744,86
Confraria de Nossa Senhora do Amparo	110.000,00		110.000,00
Conselho da Fábrica da Igreja de S. Bento	3.500,00	12.000,00	15.500,00
Fábrica da Igreja de Carvalhais		6.000,00	6.000,00
Federação Portuguesa de Motonáutica	5.000,00		5.000,00
Fundação Museu do Douro		1.000,00	1.000,00
Futsal Clube de Mirandela	150,00		150,00
Ginásio Clube Mirandelense	6.640,00		6.640,00
Grupo Desportivo Torre de Dona Chama	3.300,00		3.300,00
Grupo Recreativo de Amigos de Torre de Dona Chama	1.080,00		1.080,00
Junta de Freguesia de Abambres		1.000,00	1.000,00
Junta de Freguesia de Abreiro		2.000,00	2.000,00
Junta de Freguesia de Aguieiras		6.000,00	6.000,00
Junta de Freguesia de Alvites		2.000,00	2.000,00
Junta de Freguesia de Bouça		1.000,00	1.000,00
Junta de Freguesia de Cabanelas		1.000,00	1.000,00
Junta de Freguesia de Caravelas		1.000,00	1.000,00
Junta de Freguesia de Carvalhais		1.000,00	1.000,00
Junta de Freguesia de Cedães		2.000,00	2.000,00
Junta de Freguesia de Cobro		2.000,00	2.000,00

Junta de Freguesia de Fradizela		2.000,00	2.000,00
Junta de Freguesia de Frechas	1.500,00	1.000,00	2.500,00
Junta de Freguesia de Lamas de Orelhão	5.900,00	1.000,00	6.900,00
Junta de Freguesia de Mascarenhas		2.000,00	2.000,00
Junta de Freguesia de Mirandela		2.000,00	2.000,00
Junta de Freguesia de Passos		1.000,00	1.000,00
Junta de Freguesia de São Pedro Velho		2.000,00	2.000,00
Junta de Freguesia de Suções		111.000,00	111.000,00
Junta de Freguesia de Torre Dona Chama	27.500,00		27.500,00
Junta de Freguesia de Vale de Asnes		1.000,00	1.000,00
Junta de Freguesia de Vale de Gouvinhas		1.000,00	1.000,00
Junta de Freguesia de Vale de Telhas		2.000,00	2.000,00
Liga dos Combatentes - Núcleo de Mirandela	7.000,00		7.000,00
Moto Clube de Mirandela	5.640,00		5.640,00
Ostentoriginalidade - Associação Juvenil	2.500,00		2.500,00
Sport Clube de Mirandela	112.724,00	18.438,00	131.162,00
Rancho Folclórico de São Tiago	3.000,00		3.000,00
União de Freguesias de Avantos e Romeu	1.000,00		1.000,00
União de Freguesias de Avidagos, Navalho e Pereira	3.000,00		3.000,00
União de Freguesias de Franco e Vila Boa		2.000,00	2.000,00
União de Freguesias de Freixeda e Vila Verde		2.000,00	2.000,00
Total	**1.502.833,24**	**367.181,88**	**1.870.015,12**

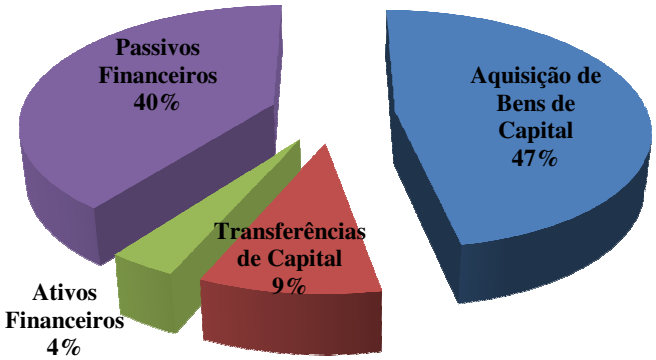
2.3.2 - Despesas de Capital

As despesas de capital apresentam uma execução de 57%, registando um elevado decréscimo relativamente ao ano transato em que a execução foi superior a 80% devido essencialmente ao empréstimo de curto prazo contratado e amortizado na totalidade no mesmo ano.

O gráfico n.º 17 carateriza a estrutura das despesas de capital, demonstrando que os passivos financeiros juntamente com as aquisições de bens de capital formam a quase totalidade deste conjunto de despesas. As transferências de capital efetuadas encontram-se devidamente identificadas no quadro n.º 7.

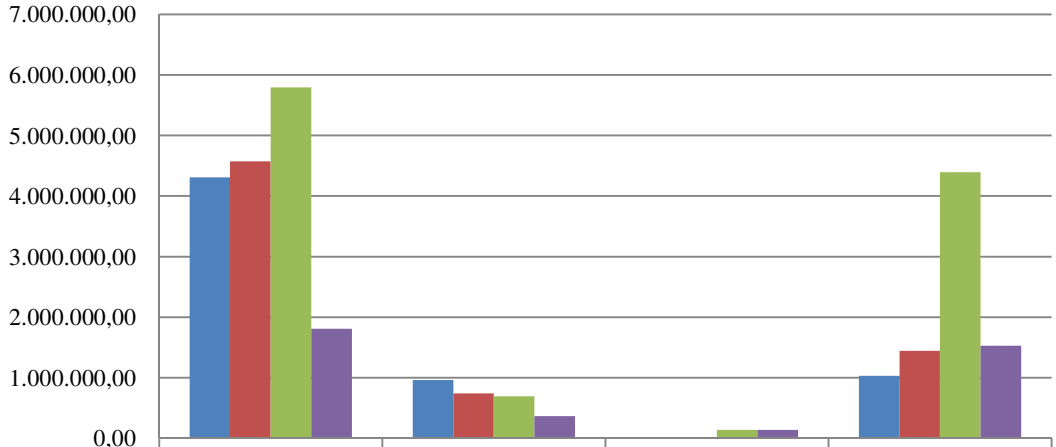
Os ativos financeiros identificados no gráfico seguinte, equivalem à participação no Fundo de Apoio Municipal (FAM) correspondente ao exercício económico de 2016, como se pode verificar no gráfico n.º 18, a participação no FAM iniciou-se em 2015.

Gráfico n.º 17 - Despesas de Capital



O gráfico seguinte evidencia a evolução das despesas de capital nos últimos anos, verificando-se que a maior redução foi operada na aquisição de bens de capital e nos passivos financeiros, pelos motivos já enunciado.

Gráfico n.º 18 - Evolução das Despesas de Capital



	Bens de capital	Transf. capital	Ativos	Passivos
2013	4.311.267,98	960.963,26	0,00	1.030.615,36
2014	4.575.594,30	739.084,50	0,00	1.445.562,94
2015	5.792.442,30	693.796,50	139.948,00	4.393.386,14
2016	1.806.442,50	367.181,88	139.948,00	1.528.846,79

O quadro n.º 8 sintetiza o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) que retrata as aquisições de bens de capital por função, destacando-se na função de administração geral a reparação e remodelação de edifícios municipais (156.070 €), a aquisição e reparação de viaturas no montante de 116.547 €, salientando-se que foram adquiridas quatro automóveis (67.318 €) como forma de minimizar os custos de manutenção motivados pela idade do parque de viaturas do Município. A função de segurança teve uma execução de 164.290 € devido à conclusão da execução financeira do Quartel da GNR de Torre de Dona Chama.

Na função de transportes rodoviários incluem-se os arruamentos e passeios em todo o concelho que alcançou uma execução de 125.621 €, bem como a reparação de estradas e caminhos municipais que terminou o exercício com uma despesa de 326.599 €.

Quadro n.º 8 – Aquisição de Bens de Capital

Código	Classificação Funcional	Dotação Corrigida	Montante Executado	Peso p/Rubrica	Execução
1.	**Funções Gerais**	**744 639,88**	**586 350,13**	**32,46%**	**78,74%**
1.1.	**Serviços Gerais de Administração Pública**	**580 350,00**	**422 060,25**	**23,36%**	**72,73%**
1.1.1.	Administração Geral	580 350,00	422 060,25	23,36%	72,73%
1.2.	**Segurança e Ordem Públicas**	**164 289,88**	**164 289,88**	**9,09%**	**100,00%**
1.2.1.	Proteção Civil e Luta Contra Incêndios	164 289,88	164 289,88	9,09%	100,00%
2.	**Funções Sociais**	**1 851 020,00**	**629 778,98**	**34,86%**	**34,02%**
2.1.	**Educação**	**379 000,00**	**4 880,32**	**0,27%**	**1,29%**
2.1.1.	Ensino Não Superior	379 000,00	4 880,32	0,27%	1,29%
2.3.	**Segurança e Ação Sociais**	**1 000,00**	**0,00**	**0,00%**	**0,00%**
2.3.2.	Ação Social	1 000,00	0,00	0,00%	0,00%
2.4.	**Habitação e Serviços Coletivos**	**1 087 020,00**	**549 735,95**	**30,43%**	**50,57%**
2.4.1.	Habitação	267 000,00	238 991,68	13,23%	89,51%
2.4.2.	Ordenamento do Território	179 000,00	163 220,47	9,04%	91,18%
2.4.3.	Saneamento	293 640,00	39 931,07	2,21%	13,60%
2.4.4.	Abastecimento de Água	288 380,00	78 881,03	4,37%	27,35%
2.4.5.	Resíduos Sólidos	20 000,00	12 548,62	0,69%	62,74%
2.4.6.	Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza	39 000,00	16 163,08	0,89%	41,44%
2.5.	**Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos**	**384 000,00**	**75 162,71**	**4,16%**	**19,57%**
2.5.1.	Cultura	9 000,00	0,00	0,00%	0,00%
2.5.2.	Desporto, Recreio e Lazer	375 000,00	75 162,71	4,16%	20,04%
3.	**Funções Económicas**	**1 891 332,96**	**590 313,39**	**32,68%**	**31,21%**
3.1.	Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	32 000,00	0,00	0,00%	0,00%
3.2.	Indústria e Energia	74 752,96	23 840,68	1,32%	31,89%
3.3.	**Transportes e Comunicações**	**1 749 580,00**	**562 007,81**	**31,11%**	**32,12%**
3.3.1.	Transportes Rodoviários	1 749 580,00	562 007,81	31,11%	32,12%
3.4.	**Comércio e Turismo**	**0,00**	**0,00**	**0,00%**	**0,00%**
3.4.2.	Turismo	0,00	0,00	0,00%	0,00%
3.5.	Outras Funções Económicas	35 000,00	4 464,90	0,25%	12,76%
	Total	**4 486 992,84**	**1 806 442,50**	**100,00%**	**40,26%**

2.4 - Indicadores de Natureza Orçamental

Os indicadores apresentados no quadro n.º 9 reforçam a análise efetuada no presente relatório, apresentando uma taxa de crescimento negativa tanto para a receita como para a despesa comparativamente ao exercício de 2015. Constata-se mais uma vez que as receitas e despesas correntes são as que têm maior expressão no cômputo geral e que o peso do serviço da dívida na despesa total diminuiu devido à queda dos encargos com juros de empréstimos.

Quadro n.º 9 – Indicadores Orçamentais

Rácios	
Receita	
Crescimento da receita	-23,2%
Receitas correntes / receitas totais	91,8%
Transferências correntes / receitas correntes	54,2%
Impostos diretos / receitas correntes	18,3%
Despesa	
Crescimento da despesa total	-25,0%
Despesas correntes / despesa total	80,3%
Pessoal / despesas correntes	35,9%
Dívida à Banca	
Serviço da dívida / receitas correntes	9,3%
Serviço da dívida / despesa	8,7%

3 - Análise Patrimonial

3.1 - Balanço

O Balanço espelha a situação financeira e patrimonial do Município, comparando-a com a do exercicio anterior.

Quadro n.º 10 – Balanço Sintético

Descrição	2016		2015		Variação
	Valor	Peso%	Valor	Peso%	Valor
Imobilizado	69.256.627,59	94,68	68.035.792,00	93,55	1.220.835,59
Existências	230.143,96	0,31	440.740,05	0,61	-210.596,09
Dívidas de Terceiros - curto prazo	1.345.059,31	1,84	2.358.350,33	3,24	-1.013.291,02
Disponibilidades	1.527.477,64	2,09	1.254.749,30	1,73	272.728,34
Acréscimos e Diferimentos	789.186,94	1,08	634.709,41	0,87	154.477,53
Ativo Líquido	**73.148.495,44**	**100,00**	**72.724.341,09**	**100,00**	**424.154,35**
Património	17.033.260,46	62,74	17.033.260,46	70,61	0,00
Reservas	1.243.400,75	4,58	1.208.874,77	5,01	34.525,98
Subsídios	95.892,50	0,35	95.892,50	0,40	0,00
Doações	1.172.824,35	4,32	1.172.824,35	4,86	0,00
Resultados Transitados	3.354.871,27	12,36	3.922.480,73	16,26	-567.609,46
Resultado Líquido do Exercício	4.247.239,91	15,65	690.519,53	2,86	3.556.720,38
Fundos Próprios	**27.147.489,24**	**100,00**	**24.123.852,34**	**100,00**	**3.023.636,90**
Provisões para riscos e encargos	1.942.315,44	4,22	2.951.636,72	6,07	-1.009.321,28
Dívidas a Terceiros - médio e longo prazos	12.197.424,09	26,52	13.866.218,88	28,53	-1.668.794,79
Dívidas a Terceiros - curto prazo	7.659.737,05	16,65	7.680.814,24	15,80	-21.077,19
Acréscimos e Diferimentos	24.201.529,62	52,61	24.101.818,91	49,59	99.710,71
Passivo	**46.001.006,20**	**100,00**	**48.600.488,75**	**100,00**	**-2.599.482,55**

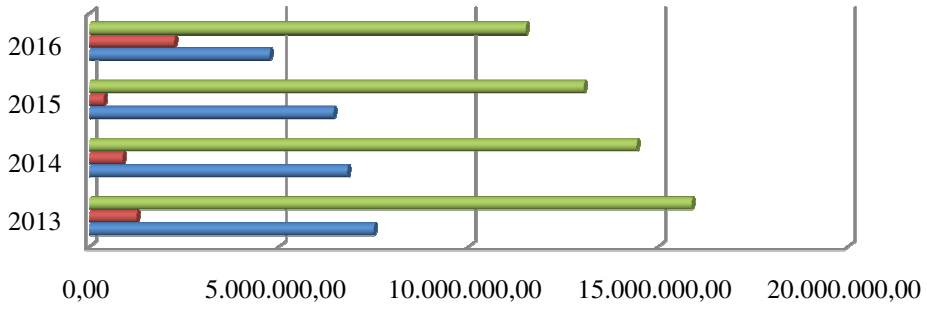
No que respeita ao ativo, verifica-se que a maior variação negativa ocorreu nas dívidas de terceiros devido à taxa de ocupação do espaço público faturada em anos anteriores a várias entidades que a contestaram, tendo o Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela proferido sentença de anulação. O imobilizado registou um aumento de 1.220.836 €, devido essencialmente à aquisição do Edificio do Piaget (1.373.180 €), salientando-se que o valor apresentado no quadro n.º 10 corresponde ao montante do ativo líquido de amortizações. Resulta assim uma variação total positiva no ativo líquido de 424.154 €.

Os fundos próprios registaram um acentuado aumento devido ao resultado líquido alcançado no exercicio de 2016 de 4.247.240 €, ou seja mais 3.023.637 € que no final de 2015.

Por seu lado o passivo municipal sofreu uma forte diminuição (2.599.483 €), derivada da redução das provisões, verificando-se que os processos judiciais em curso nos quais existe uma forte probabilidade de a Autarquia ser penalizada diminuiram, bem como as dívidas de médio e longo prazos.

Conforme demonstra o gráfico n.º 19, a dívida a fornecedores c/c reduziu 1.685.265 €, assim como a dívida de empréstimos (1.528.847 €), evolução inversa teve a dívida a fornecedores de imobilizado registando um aumento de 1.858.168 €, verificado pela aquisição do edificio Piaget e pela aquisição de terrenos para os quais foram estabelecidos acordos de pagamento.

Gráfico n.º 19 - Evolução da Dívida a Fornecedores e Instituições Bancárias



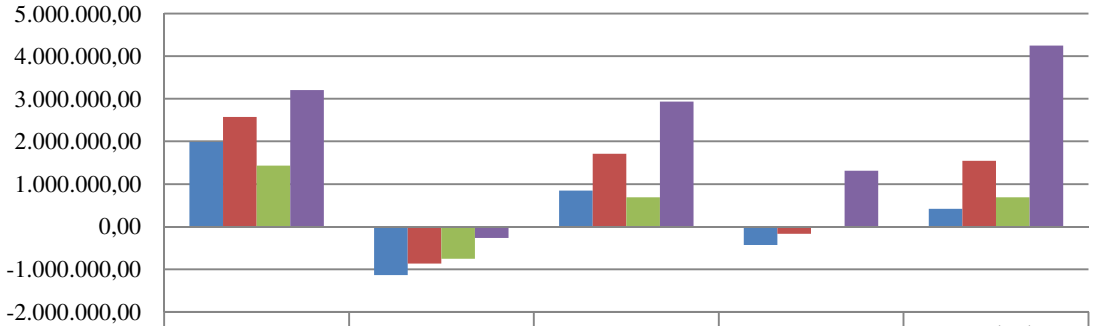
	2013	2014	2015	2016
Empréstimos	15.865.475,63	14.419.912,69	13.026.526,55	11.497.679,76
Fornc. Imobilizado	1.228.424,91	865.866,05	367.633,75	2.225.801,27
Fornecedores CC	7.487.185,18	6.792.944,28	6.423.014,97	4.737.750,08

3.2 – Demonstração de Resultados

A demonstração de resultados reflete os resultados económicos da atividade do Município durante o exercício. Os custos e perdas e os proveitos e ganhos são classificados de acordo com a respetiva

natureza, originando resultados operacionais, financeiros, extraordinários e líquidos. Pela análise do gráfico n.º 20 é possível observar a evolução que estes resultados tiveram durante os últimos quatro anos, constatando-se que o ano de 2016 foi o melhor ao nível dos resultados de toda a natureza originando um destacadao resultado líquido.

Gráfico n.º 20 - Evolução dos Resultados



	Resultados operacionais	Resultados financeiros	Resultados correntes	Resultados extraordinários	Resultado líquido do exercício
2013	1.985.569,69	-1.136.758,93	848.810,76	-427.475,22	421.335,54
2014	2.576.135,65	-866.135,32	1.710.000,33	-166.620,89	1.543.379,44
2015	1.435.491,09	-749.641,37	685.849,72	4.669,81	690.519,53
2016	3.204.888,67	-268.239,98	2.936.648,69	1.310.591,22	4.247.239,91

4 - Dívida Total

A Lei n.º 73/2013, introduziu alterações significativas ao nível do cálculo do endividamento dos Municípios. O art.º 52.º do referido diploma, estabelece que *a dívida total das operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.*

A dívida total de operações orçamentais do município engloba os empréstimos, (...) , os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa do município, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

O quadro n.º 11 representa o cálculo do limite da dívida total para o ano de 2016 que se situa nos 26.521.929 €.

Quadro n.º 11 - Limite da Dívida Total

Ano	Receita corrente bruta	Reembolsos e restituições	Receita corrente líquida
2013	17.117.289,77	33.257,18	17.084.032,59
2014	17.770.969,51	19.892,08	17.751.077,43
2015	18.223.558,08	14.810,98	18.208.747,10
		MÉDIA:	**17.681.285,71**
		Limite da dívida total	**26.521.928,56**

O art.º 54.º do diploma acima mencionado define as entidades que relevam para o cálculo da dívida total dos municípios, que no caso do Município de Mirandela são as seguintes:

Quadro n.º 12 - Dívida Total das Entidades Participadas

Designação	**Participação**	**Dívida**	Dívida relevante para o Município
ADRVT - Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Tua	10%	15.325,59	1.532,56
AETM - Agência de Energia de Trás-os-Montes		Não tem dívida	
AIN - Agro - Industrial do Nordeste, S.A.	49,10%	Resultado antes de impostos positivo	
AMTQT - Assoc. de Municípios Terra Quente Transmontana	28%	2.419.162,73	677.365,56
ANMP - Associação Nacional de Municípios	Quota		375,13
Cim-TT - Cominidade Intermunicipal Terras de Trás-os-Montes	13,23%	47.248,02	6.250,91
DESTEQUE - Assoc. Desenvolv. Terra Quente Transmontana	25%	2.682,42	670,61
Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular	4,90%	65.728,69	3.220,71
Fundação Museu do Douro	0,79%	406.036,39	3.207,69
HTQ - Hospital Terra Quente	10%	Resultado antes de impostos positivo	
MLM - Metropolitano Ligeiro de Mirandela	90%	Transferência para equilíbrio de contas	
Turismo Porto e Norte	1,16%	154.947,71	1.797,39
		Total:	**694.420,56**

Quadro n.º 13 - Dívida Total do Municipio

Contas	Saldo em 31/12/2016
22.1 - Fornecedores c/c	4.674.571,53
22.8 - Fornecedores faturas em receção e conferência	63.178,55
23 - Empréstimos	11.497.679,76
26.1 - Fornecedores de imobilizado	2.225.801,27
Dívida do Município	**18.461.231,11**
Dívida das Entidades Participadas	**694.420,56**
Dívida total	**19.155.651,67**

Terminado o exercicio económico de 2016 e, pelo segundo ano consecutivo, o Município conseguiu manter a sua dívida abaixo do limite legalmente estipulado, apresentando uma confortável margem de 7.366.277 €.

5 - Proposta de Aplicação de Resultados

Em cumprimento do Ponto 2.7.3 do POCAL, o Município de Mirandela propõe que o resultado líquido do exercicio, no montante de 4.247.240 € seja repartido da seguinte forma:

- Reforço de Reservas Legais: 212.362,00 €;
- Resultados Transitados: 4.034.877,91 €.

6 - Demonstração do Cumprimento do Plano de Saneamento Financeiro

De acordo com o disposto no n.º 7 do artigo 40.º da Lei n.º 2/2007, a apresentação anual de contas à Assembleia Municipal inclui, a demonstração do cumprimento do Plnao de Saneamento Financeiro, pelo que se apresenta-se neste ponto a análise da execução das medidas estipuladas no Plano, bem como a comparação a execução orçamental e patrimonial prevista para o ano de 2016 com a efetivamente executada.

6.1 - O Empréstimo

Do PSF visado pelo Tribunal de Contas em março de 2013, resultou a contratação de um empréstimo de médio e longo prazo de 7.600.000 €, contratualizado com duas entidades bancárias, a Caixa Geral de Depósitos (CGD), no montante de 5.200.000 € e Caixa de Crédito Agrícola Mútuo (CCA), no valor de 2.400.000 €, salientando-se que a 31 de dezembro de 2016 a dívida destes empréstimos era de 4.120.896 € e de 1.900.682 €, respetivamente.

6.2 - Medidas do Plano de Saneamento Financeiro

O PSF integra 24 medidas que visam a recuperação da sustentabilidade financeira do Município. As medidas agregam-se em três eixos de atuação: **eficiência organizacional** (medidas 1 a 7); **economia e redução da despesa** (medidas 8 a 15); **aumento da receita** (medidas 16 a 23) e, por último, a medida 24 inerente ao empréstimo de saneamento financeiro.

6.2.1 - Eficiência Organizacional

6.2.1.1. Reorganização dos serviços municipais, com especial enfoque na eficiência e eficácia organizacional operando uma efetiva segregação de competências instrumentais e operativas.

Objetivo: Redução de duas Unidades Orgânicas dotadas durante o primeiro semestre de 2012.

No ano de 2012, a Câmara Municipal tinha na sua estrutura orgânica quatro unidades orgânicas nucleares (Departamentos), dez unidades orgânicas flexíveis (Divisões) e uma equipa multidisciplinar, encontrando-se providos naquela data os quatro departamentos e sete divisões.

Desde então e até final de 2016, a estrutura orgânica sofreu várias alterações de forma a possibilitar um ajustamento do desempenho municipal.

A 11 de janeiro de 2016, a Câmara Municipal aprovou o novo Regulamento Orgânico do Município de Mirandela, que prevê um modelo estrutural hierarquizado, com uma unidade orgânica nuclear, correspondendo a uma departamentalização fixa - Departamento de Coordenação Geral, bem como, um número máximo de quatro unidades orgânicas flexíveis de direção intermédia de 2.º grau, de dez unidades orgânicas flexíveis de direção intermédia de 3.º grau e de seis subunidades orgânicas, sendo que as unidades orgânicas flexíveis de direção intermédia de 3.º grau eram as únicas que não se encontravam providas, o que ocorreu no mês de outubro, após análise do impacto financeiro inerente. De salientar que estes lugares correspondem às áreas funcionais criadas anteriormente, que estavam já a ser asseguradas por Técnicos Superiores e, por esse motivo, o acréscimo de despesa com estes lugares de dirigentes (15.262 €) não corresponde à totalidade da remuneração auferida, aliás existem casos em que não se verifica aumento de vencimento.

A tabela seguinte evidencia a diminuição de custos com os lugares dirigentes de diretor de departamento e chefia das divisões, verificando-se uma diminuição de 32.355 € relativamente ao ano de 2015, ano em que ocorreu a aposentação de um chefe de divisão e o términus de uma comissão de serviço. De referir que esta poupança cobre a despesa com o provimento dos lugares de 3.º grau, sendo de referir que a eliminação dos cortes salariais promovida gradualmente durante o ano de 2016 teve implicações ao nível desta despesa, caso contrário a redução teria sido mais elevada.

Relativamente ao ano de 2012 a diminuição ascendeu a 182.890 €, conforme identificado na tabela seguinte:

quadro n.º 14 – Remunerações Pessoal Dirigente

	2012		2013		2014		2015		2016	
	Providos	Remunerações	Providos	Remunerações	Providos	Remunerações	Providos	Remunerações	Providos	Remunerações
Dirigentes	10	381.062,75 €	9	304.621,13 €	7	252.492,55 €	7	230.527,66 €	5	198.172,76 €

6.2.1.2. Reorganização do grupo municipal (por extinção ou cisão de entidades), reapreciação das participações financeiras.

Objetivos:

a) Extinção dos Serviços Municipalizados de Água de Mirandela (SMAM) por fusão no Município. A fusão dos SMAM efetivou-se em 2012, sendo que a gestão do serviço de abastecimento de água passou para a Câmara Municipal;

b) Redução do passivo da Agro Industrial do Nordeste (AIN), bem como a operacionalização da sustentabilidade da empresa. Em2015 esta entidade operou uma redução do seu passivo na ordem dos 135.000 €, terminando o ano com um resultado líquido positivo. Relativamente ao exercício de 2016 registou-se um ligeiro aumento de cerca de 17.00 €, mantendo um resultado líquido positivo.

c) Exploração da atividade do Metropolitano Ligeiro de Mirandela (MLM) até à conclusão da barragem do Tua. Relativamente a esta matéria não se verificaram desenvolvimentos durante o semestre em análise.

d) Extinção da Parceria Público-privada Mirandela XXI. Esta parceria foi extinta em abril de 2012.

6.2.1.3. Implementação, no biénio 2012/2013, das Funções Planeamento, Aprovisionamento (concentração da Função Compras numa unidade instrumental), auditoria interna e controlo de gestão.

- Objetivos:

a) Criação de uma unidade instrumental para empreitadas de obras públicas e aquisição de serviços. A estrutura orgânica em vigor contempla a unidade orgânica de 3.º grau de Compras e Aprovisionamento responsável por todos os procedimentos de aquisição de bens e serviços, bem como pela organização e acompanhamento dos processos de empreitadas de obras públicas;

b) Planeamento das intervenções por administração direta. A aplicação informática de Gestão de Atividades, implementada em janeiro de 2014, reforçou o planeamento e controlo de todas as obras por administração direta ao permitir o registo de todos os meios humanos e materiais usados em cada intervenção;

c) Implementação da função de auditoria e controlo de gestão. A estrutura orgânica aprovada em 2013 criou o serviço de Sistema de Gestão da Qualidade que desde então faz o acompanhamento de todos os serviços, assim como auditorias internas, garantindo a eficiência dos procedimentos internos como forma de aumentar a satisfação de todos os munícipes.

6.2.1.4. Reforçar, no biénio 2012/2013, a simplificação de políticas e procedimentos, quer pela eliminação de redundâncias quer pela reavaliação dos mesmos, combatendo atuações burocráticas e circuitos de decisão complexos, reduzindo os custos de contexto internos e encurtando os prazos de resposta aos munícipes.

- Objetivos:

a) Informatização de circuitos por processos;
b) Processo de certificação da qualidade;
c) Prestação de serviços numa ótica multicanal.

Esta medida encontra-se completamente implementada, sendo que a nível interno todos os processos estão informatizados através do sistema *sigmaflow*, possibilitando o controlo *just in time* de qualquer processo submetido por um munícipe. A certificação do Município abrange todos os serviços e as sucessivas auditorias externas têm resultado na manutenção da certificação e contribuído para uma melhoria constante. O Município dispõe de algumas plataformas informáticas nas suas vertentes de aplicação para dispositivos móveis e *web-browser* para prestação de serviços, permitindo também aos munícipes reportar ocorrências, reclamações e outras comunicações de forma rápida, fácil e eficiente. Para além disso, tem sido promovida a descentralização do atendimento aos munícipes através da criação de três Mini-GAM's em diferentes pontos do concelho, encontrando-se um em pleno funcionamento na vila de Torre de Dona Chama.

6.2.1.5. Implementação do sistema de Contabilidade Analítica

- Objetivo: Planeamento e controlo da atividade autárquica e redução de custos.

O processo de implementação da contabilidade de custos foi iniciado no ano de 2014 e constitui um processo complexo porque abrange todos os serviços e atividades municipais, que têm de uma formal geral contribuído para uma evolução positiva.

6.2.1.6. Implementação de um Orçamento de base zero, caso se encontrem reunidas as condições mínimas necessárias à sua implementação.

- Objetivo: Elaboração do Orçamento Municipal para 2013 obedecendo ao processo de orçamentação de base zero.

Esta medida não foi ainda implementada por não se encontrarem reunidas as condições necessárias.

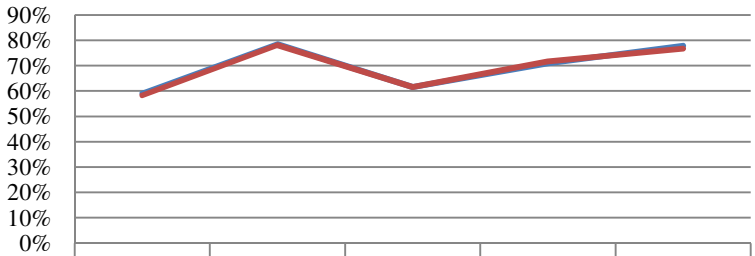
6.2.1.7. Implementar a regra orçamental de que as receitas de capital, inerentes à alienação de bens de investimento, só deverão ocorrer para o financiamento de despesas de investimento quando exista uma forte presunção da sua concretização.

Objetivo: Aproximar o grau de execução do orçamento da receita e da despesa, condicionando a execução da despesa ao orçamento da receita.

Esta medida surgiu da necessidade de limitar a dotação das rúbricas de venda de imóveis, que permitia aumentar na mesma medida as dotações das rúbricas do orçamento da despesa, originando orçamentos sobreavaliados. Neste âmbito importa referir que a Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, que aprovou o Orçamento do Estado para 2016, à semelhança dos Orçamentos do Estado de anos anteriores, determina que *os municípios não podem, na elaboração dos documentos previsionais…, orçamentar receitas respeitantes à venda de bens imóveis em montante superior à média aritmética simples das receitas arrecadadas com a venda de bens imóveis nos últimos 36 meses que precedem o mês da sua elaboração*. Esta obrigação legal, veio reforçar a implementação da presente medida, no que concerne à receita da venda de imóveis.

O gráfico n.º 21 seguinte ilustra a evolução das taxas de execução orçamental, verificando-se que em 2016 o Município alcançou uma execução de 78% para o orçamento da receita e de 77% para o orçamento da despesa, valores apenas alcançados no ano de 2013, evidenciando-se que nesse ano foi contratualizado o empréstimo de saneamento financeiro no montante de 7.600.000 € o que permitiu um bom nível de execução orçamental, tendo-se verificado o mesmo em 2015 com a contratação de um empréstimo de curto prazo (3.000.000 €). Comparativamente a 2012, a execução orçamental de 2016 representa um aumento de cerca de 20%, o que retrata o bom desempenho da Autarquia neste exercício económico, ressalvando-se que, ao contrário de outros anos em que foram alcançadas as melhores taxas, em 2016 não houve arrecadação de receitas por via de contratos de empréstimo.

Gráfico n.º 21 - Evolução da Execução Orçamental



	2012	2013	2014	2015	2016
Receita	59%	79%	62%	71%	78%
Despesa	58%	78%	62%	72%	77%

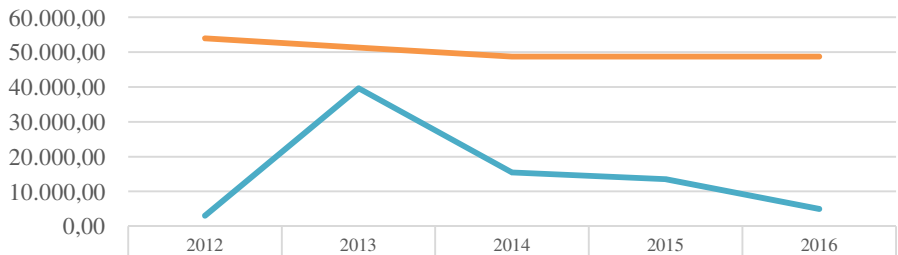
6.2.2. Economia, redução da despesa

6.2.2.1. Redução e racionalização de despesas de funcionamento, com definição de limites para as despesas em *outsourcing*, com projetos, estudos, pareceres e consultoria.

Objetivo: Promover e rentabilizar os recursos internos disponíveis, reduzindo a dependência de entidades terceiras. Limite para 2016: 48.735 €.

O custo do Municipio com honorários de estudos, projetos e consultoria no exercício de 2016 foi de 4.938,45 €, embora a despesa paga tenha sido de 8.050,35 € é de ressalvar que foram efetuados pagamentos de faturas relativas a custos de 2015. Conforme se pode verificar pela tabela seguinte, os encargos com este tipo de honorários têm vindo a diminuir, verificando-se uma considerável poupança relativamente ao limite imposto no PSF.

Gráfico n.º 22 - Evolução das Despesas com Estudos Pareceres, Projetos e Consultoria



	2012	2013	2014	2015	2016
Limite	54.000,00	51.300,00	48.735,00	48.735,00	48.735,00
Estudos pareceres, projetos e consultoria	3.075,00	39.655,20	15.450,03	13.511,55	4.938,45

6.2.2.2. Redução e racionalização de despesas de funcionamento, através da agregação de necessidades operada pelo agrupamento de entidades adjudicantes.

Objetivo: Identificar os bens e serviços passíveis de agregação e propor à AMTQT e à CIM-TTM a concretização dos procedimentos concursais.

Conforme já referido no relatório anterior, no que respeita a esta medida foi promovido pela AMTQT um Concurso Público Internacional para o Fornecimento de Energia Elétrica para as instalações alimentadas em MT, BTE e BTN (onde se inclui a Iluminação Publica) de que resulta uma substancial redução de meios e custos. Foi também promovido um procedimento de concurso de contratação conjunta das aplicações e servidores informáticos reduzindo os valores contratualizados de forma individual pelas autarquias e diminuindo o encargo bruto por número de utilizador registado, tendo ainda sido contratado o desenvolvimento das plataformas de acesso aos

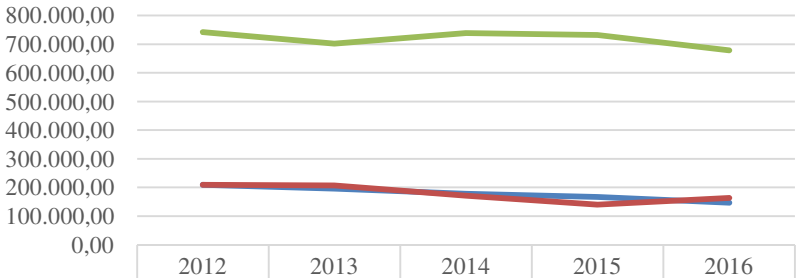
portais de internet dos cinco municípios da Terra Quente Transmontana, bem como uma aplicação de registo de ocorrências para plataformas móveis - MirandelaATENTA.

6.2.2.3. Redução e racionalização de auto-consumos municipais.

Objetivo: Redução de 10% da despesa com comunicações fixas e móveis, combustível, gás e energia elétrica (com referência a 2012).

Conforme referido no último relatório de acompanhamento do PSF, este constitui um grupo de despesas onde se torna vez mais difícil reduzir, pois ao longo dos últimos anos o Município tem vindo a negociar com as diferentes empresas de forma a conseguir obter o menor custo unitário, bem como a implementar equipamentos que permitam a racionalização do consumo. No entanto, o gráfico seguinte demonstra que neste exercício económico, o custo associado aos combustíveis e aos encargos com instalações diminuiu, o mesmo não se verificou nas comunicações. No computo geral a redução operada foi superior a 50.000 € relativamente ao exercício anterior mas, comparativamente ao ano de 2012, a poupança foi de 172.804 €, sendo que os encargos com eletricidade e gás reduziram 63.928 €, os combustíveis 62.761 € e os encargos com comunicações 46.115 €, representando um decréscimo de 15% com referência a 2012, ou seja, uma diminuição que ultrapassa o objetivo estipulado no PSF.

Gráfico n.º 23 - Evolução dos Auto-consumos



	2012	2013	2014	2015	2016
Combustíveis	209.555,45	196.072,43	177.926,21	166.647,65	146.794,54
Comunicações	209.768,63	207.767,19	171.008,38	140.187,30	163.653,98
Encargos com instalações	742.240,91	702.202,91	739.184,80	732.628,17	678.312,75

6.2.2.4. Implementação do Plano de Eficiência Energética da Iluminação Pública.

Objetivo: Redução da despesa com iluminação pública, com limite para 2016 de 710.220 €.

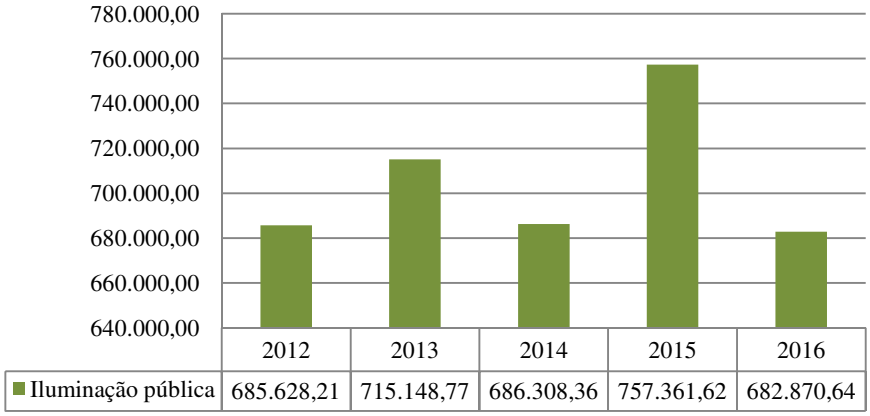
De acordo com a informação prestada nos relatórios anteriores, o Plano de Eficiência Energética da Iluminação Pública referenciado nesta Medida, foi implementado em janeiro de 2014 e, apesar dos

vários condicionalismos que a transição para o mercado liberalizado originou, tais como o aumento das tarifas, o pagamento de uma tarifa suplementar de acesso às redes e o aumento do número de instalações, os montantes pagos em iluminação pública têm vindo a diminuir.

Observando os montantes executados, verifica-se que a despesa com iluminação pública em 2016 foi inferior ao valor despendido no ano anterior em cerca de 74.500 €, aliás já se conjeturava essa situação aquando da análise reportada ao primeiro semestre de 2016. O valor alcançado no período em análise foi o mais baixo desde 2012.

Relativamente ao limite previsto no PSF para este exercício, verifica-se uma margem superior a 27.000 €.

Gráfico n.º 24 - Iluminação Pública



6.2.2.5. Decréscimo dos subsídios e transferências em numerário atribuídos a terceiros até ao ano de 2017, mantendo-se congelados a partir de 2018.

Objetivo: O valor limite de transferências e subsídios para o ano 2016 foi fixado em 2.361.227 €.

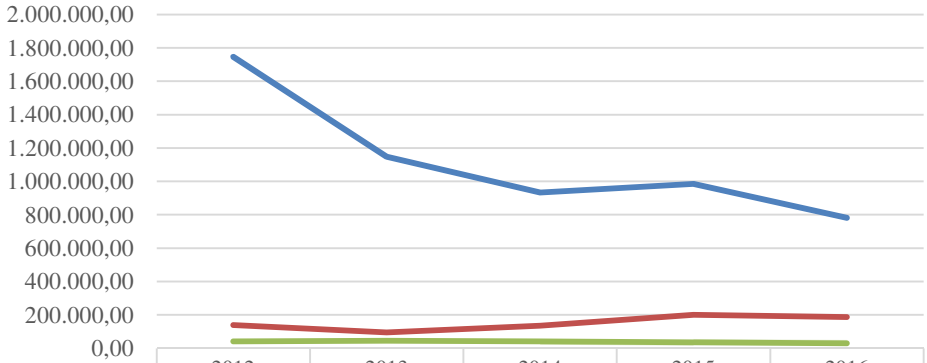
No que respeita a esta matéria, de referir que os apoios financeiros atribuídos diminuíram cerca de 219.900 € comparativamente a igual período do ano anterior. Verificando-se que as transferências para as diversas instituições sem fins lucrativos foram as que maior queda sofreram (201.974 €), neste grupo de transferências incluem-se os apoios concedidos no âmbito da atividade do Gabinete de Apoio à Empresa e ao Empreendedor (13.700 €), que neste caso aumentaram relativamente ao ano de 2015.

Salienta-se que para além dos valores apresentados no gráfico seguinte, foram ainda efetuadas transferências para a AMTQT (749.824 €) e para a AIN (120.000 €).

Pela análise do gráfico conclui-se ainda que as transferências efetuadas no exercício económico em análise sofreram uma acentuada queda relativamente ao ano de 2012 (927.847 €), representando cerca de metade dos apoios atribuídos nesse ano.

Considerando ainda o limite fixado no PSF para o ano de 2016 (2.361.227 €), constata-se uma poupança de 1.361.034 €.

Gráfico n.º 25 - Evolução das Transferências para Terceiros



	2012	2013	2014	2015	2016
Instituições sem fins lucrativos	1.747.084,97	1.148.839,11	933.461,54	984.131,00	782.157,23
Freguesias	139.809,15	95.007,50	135.383,00	199.660,20	187.900,00
Apoio a familias carênciadas	41.144,40	45.376,01	41.827,24	36.315,63	30.133,97

6.2.2.6. Otimização do desempenho da frota e da função transportes no Município, através da otimização dos recursos, racionalização de custos de manutenção preventiva e corretiva.

Objetivo: Implementação de uma política de execução e manutenção preventiva e corretiva (sempre que possível) por administração direta. Substituição de veículos antigos e obsoletos e centralização do acesso às viaturas, criando uma dinâmica de eficiência e rentabilidade.

Relativamente a esta Medida e como mencionado nos relatórios anteriores, o problema reside na idade média dos veículos municipais, tornando-se imperativo a sua gradual substituição. Nesse sentido, foram adquiridos durante o ano de 2016 quatro automóveis com um custo total de cerca de 67.300 €.

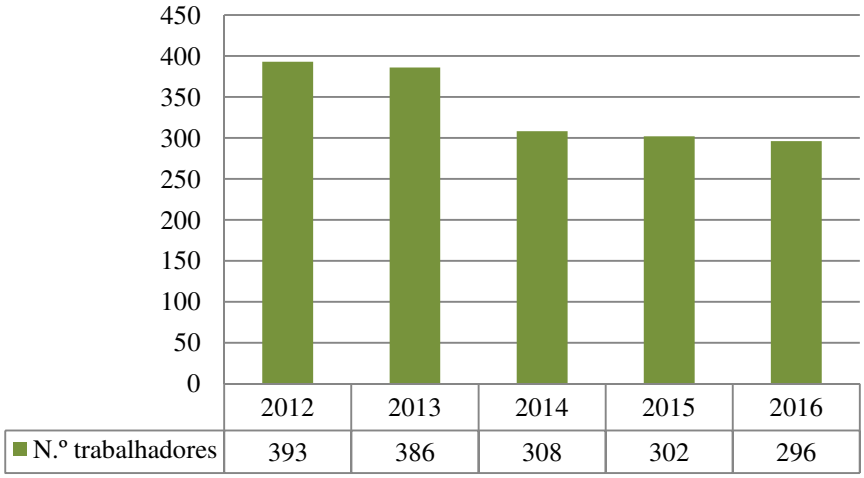
No que concerne à manutenção das viaturas, o Município dispõe de uma aplicação informática para efetuar o controlo de todos os custos associados a cada viatura, nomeadamente, as manutenções. De acordo com esses registos, durante o ano de 2016 a manutenção do parque automóvel ascendeu a 177.727 € dos quais 47.025 € correspondem a intervenções externas, representando um volume de apenas 26%.

6.2.2.7. Redução do número de trabalhadores no Município, através da não entrada de novos colaboradores para compensar as saídas por aposentação ou outra forma de desvinculação.

Objetivo: Uma admissão por cada três saídas, com um número máximo de trabalhadores para 2016 de 455 e uma poupança anual de 112.700 €.

O número de trabalhadores ao serviço do Município no final de 2016 era de 296, ou seja, um número manifestamente inferior ao projetado no PSF.

Gráfico n.º 26 - Evolução do Número de Trabalhadores



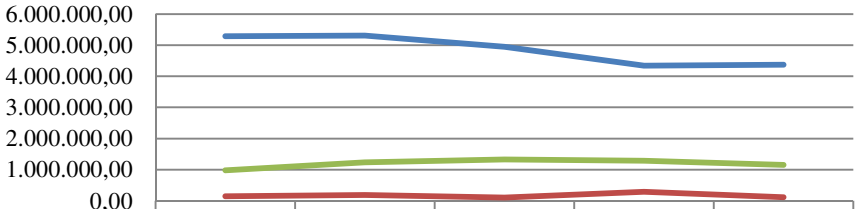
O gráfico apresentado demonstra a redução de pessoal ao serviço operada desde o ano de 2012, representando uma diminuição total de 97 trabalhadores. Relativamente ao exercício antecedente registaram-se sete desvinculações, das quais três ocorreram por motivo de aposentação, duas por mobilidade, uma por falecimento e uma por licença sem remuneração. Em contrapartida, verificou-se o regresso de um trabalhador por términus de licença sem remuneração, resultando assim numa diminuição total de seis trabalhadores comparativamente a 2015.

As reduções referidas originaram uma poupança acumulada desde 2012 de 772.868 €. Relativamente ao ano de 2015, a despesa com remunerações aumentou 24.479 €, em resultado da Lei n.º 159-A/2015, de 30 de dezembro que determinou a eliminação progressiva ao longo do ano de 2016 da redução remuneratória prevista na Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, bem como da atualização do salário mínimo nacional.

Os abonos variáveis e eventuais registaram uma forte diminuição relativamente ao ano de 2015, sendo que esse foi o exercício em que esta despesa foi a mais elevada devido essencialmente ao mecanismo das rescisões por mútuo acordo introduzido excecionalmente nesse ano, do qual resultou o pagamento de indemnizações a dois trabalhadores que solicitaram a sua desvinculação definitiva.

No cômputo geral as despesas com pessoal diminuíram 277.555 € quando comparadas com o exercício anterior, superando a poupança prevista no PSF (112.700 €).

Gráfico n.º 27 - Evolução das Despesas com Pessoal



	2012	2013	2014	2015	2016
Remunerações	5.282.492,05	5.311.908,14	4.942.866,99	4.342.844,47	4.367.323,41
Abonos Variáveis e Eventuais	146.485,69	187.280,75	106.736,68	288.880,22	112.263,26
Encargos com Remunerações	982.521,36	1231376,22	1332962,89	1.284.460,63	1.159.044,03

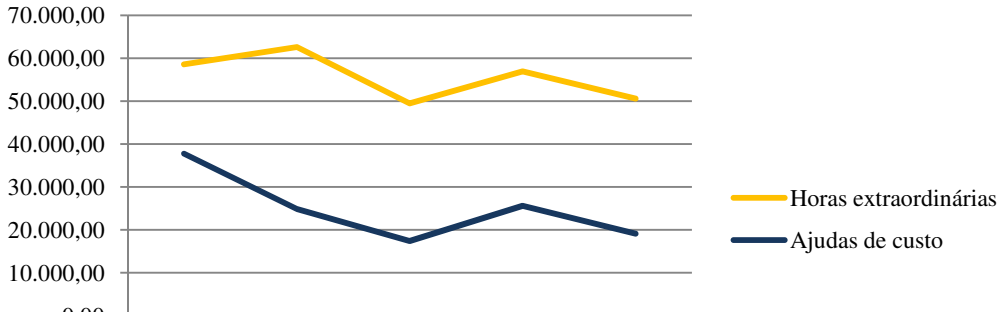
6.2.2.8. Redução do nível de despesa nas rúbricas de horas extraordinárias e ajudas de custo em 5% em 2011 e 2,5% nos anos seguintes.

Objetivo: Despesa com horas extraordinárias inferior a 34.179 € e despesa com ajudas de custo inferior a 34.961 €.

Conforme tem sido referido nos sucessivos relatórios de acompanhamento do PSF, o custo com horas extraordinárias tem-se fixado anualmente acima dos valores previstos no referido documento, esta situação resulta da gradual redução do número de trabalhadores anteriormente referida, no entanto, de acordo com os valores apresentados na Medida anterior, os custos totais com pessoal tem vindo a diminuir.

A despesa total com ajudas de custo foi de 19.142 €, da qual 9.087 € correspondem a ajudas pagas aos membros da Assembleia Municipal. Efetuando a comparação com igual período do ano anterior e analisando pelos diferentes Órgãos, a despesa com ajudas de custo relativas aos trabalhadores da Câmara Municipal teve um aumento de 1.077 €, enquanto que as relativas aos membros do Órgão Deliberativo diminuíram 7.562 €.

Gráfico n.º 28 - Horas Extraordinárias e Ajudas de Custo



	2012	2013	2014	2015	2016
Horas extraordinárias	58.530,66	62.606,01	49.438,87	56.905,33	50.600,34
Ajudas de custo	37.774,06	24.857,72	17.418,20	25.626,14	19.141,77

6.2.3. Aumento da Receita

6.2.3.1. Elaboração de um plano de rentabilização do património municipal.

Objetivo: Alienação de imobilizados no montante de 515.000 €.

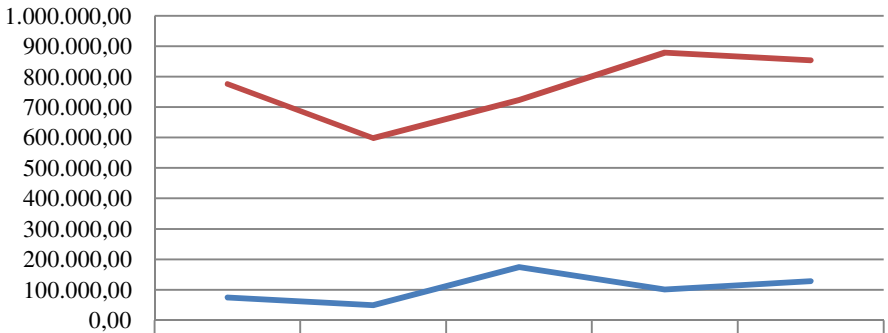
Medida não implementada.

6.2.3.2. Aumento na eficiência e eficácia da liquidação e cobrança de receitas.

Objetivo: O limite mínimo de receitas a cobrar de imposto indiretos e taxas é de 98.175 € e de 493.185 €, respetivamente.

Estas receitas constituem uma parte das receitas próprias da Autarquia mantendo-se quase inalteráveis relativamente ao ano de 2015. No que respeita às taxas municipais, a que assume maior relevo é a taxa de saneamento (598.138 €), seguida da taxa de loteamentos e obras (118.096 €), no entanto esta tem vindo a diminuir, fruto da conjuntura económica dos últimos anos que afetou o mercado imobiliário.

Gráfico n.º 29 - Impostos Indiretos e Taxas



	2012	2013	2014	2015	2016
Impostos indiretos	74.626,20	49.730,77	174.321,35	101.105,04	128.172,74
Taxas	775.513,34	598.082,45	723.270,92	879.287,89	853.869,65

O gráfico demonstra que os impostos indiretos e as taxas municipais têm vindo a aumentar durante a vigência do PSF, ultrapassando os valores nele previstos para o exercício de 2016.

6.2.3.3. Revisão das taxas municipais suportada em fundamentação económica e financeira aproximando-as progressivamente do custo da atividade pública local.

Objetivo: Revisão da Tabela de Taxas e adaptação da mesma às alterações legislativas.

No início do ano de 2014, procedeu-se a uma profunda alteração da Tabela de Taxas do Município, adaptando-a ao paradigma do Licenciamento Zero. No entanto e porque atualmente as alterações

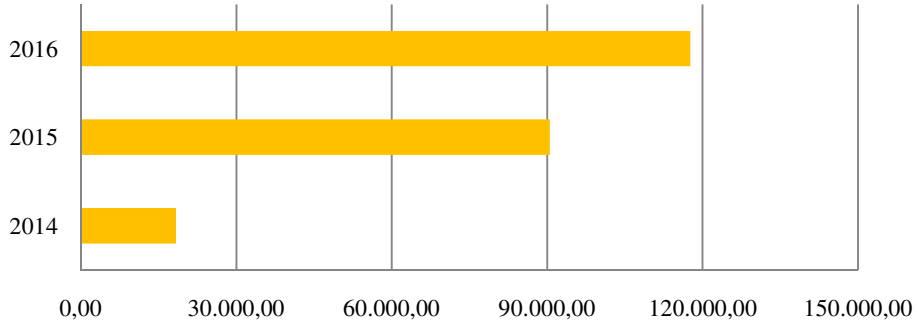
legislativas são constantes, foi constituída uma Comissão de Taxas que tem a missão de recolher as sugestões de todos os serviços intervenientes para elaboração de uma proposta a apresentar anualmente, aquando da aprovação do Orçamento Municipal.

6.2.3.4. Implementação do regulamento do estacionamento tarifado de curta duração.

Objetivo: Implementação do estacionamento tarifado prevendo-se um volume de receitas para 2016 de 144.768 €.

Desde a implementação do estacionamento tarifado no ano de 2014 que esta receita tem vindo a aumentar, em resultado do alargamento das zonas tarifadas bem como da consciencialização das populações para esta prática. No entanto, os valores alcançados em 2016 não atingiram ainda os montantes previsto do PSF.

Gráfico n.º 30 - Estacionamento Tarifado



	2014	2015	2016
Estacionamento tarifado	18.337,07	90.506,90	117.643,30

6.2.3.5. Liquidação retroativa (2007 a 2011) das taxas devidas pela ocupação de subsolo de domínio público e liquidação recorrente a partir do exercício de 2012 e seguintes.

Objetivo: Proceder à liquidação retroativa de 750.00 € em 2011, liquidando 500.000 € anualmente entre 2012 e 2023.

Relativamente a esta medida e no seguimento da liquidação retroativa da taxa de ocupação do solo e subsolo, algumas entidades intentaram contra o Município processos judiciais no sentido de não pagarem os montantes que lhes tinham sido imputados, sendo que durante o ano de 2016 o Tribunal

proferiu algumas sentenças favoráveis a essas entidades, obrigando a Autarquia a anular essas liquidações.

6.2.3.6. Reestruturação da matriz tributária.

Objetivo: Plano de revisão da matriz tributária.

Conforme já mencionado no último relatório, esta medida previa a inclusão de novos tributos, nomeadamente o lançamento da Derrama, bem como a revisão dos impostos e taxas em vigor. No que respeita à Derrama, decidiu o Executivo Municipal não onerar as empresas locais já penalizadas com a interioridade. A revisão da matriz foi objeto de análise noutras medidas como a medida respeitante à revisão da Tabela de Taxas e a medida relativa às taxas de IMI.

6.2.3.7. Fixação das taxas do IMI para 2011 em 0,3% para prédios urbanos já avaliados nos termos do Código do IMI e em 0,6 %para os restantes prédios urbanos. Manutenção da taxa de 0,8 % para os prédios rústicos.

Objetivo: A receita estimada para o ano de 2016 foi de 1.592.890 €.

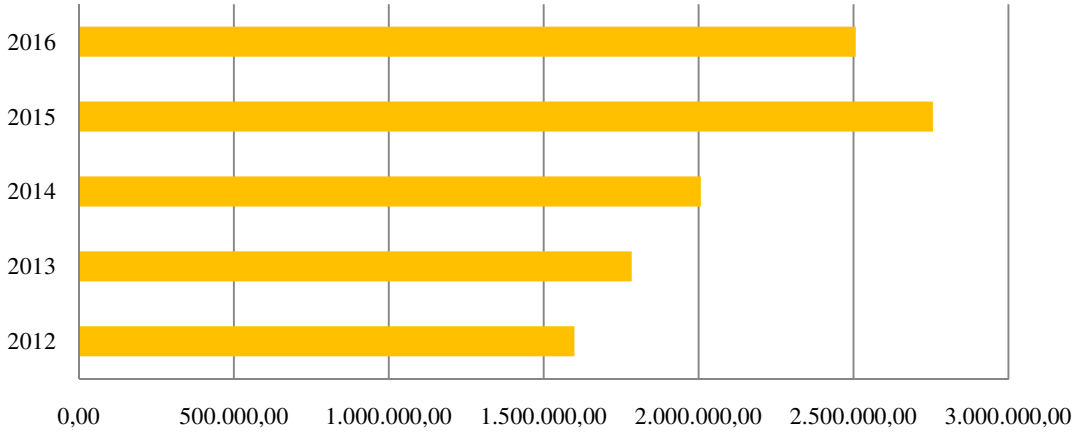
O Orçamento do Estado para 2016 veio introduzir uma alteração ao Código do Imposto Municipal sobre Imóveis - CIMI, que determina que *ficam isentos de imposto municipal sobre imóveis os prédios rústicos e o prédio ou parte de prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, e que seja efetivamente afeto a tal fim, desde que o rendimento bruto total do agregado familiar não seja superior a 2,3 vezes o valor anual do IAS e o valor patrimonial tributário global da totalidade dos prédios rústicos e urbanos pertencentes ao agregado familiar não exceda 10 vezes o valor anual do IAS.* Neste concelho existem muitos prédios urbanos pertencentes a cidadãos emigrados que não possuem rendimentos no território português e que por esse motivo, desde que os bens tenham valor patrimonial abaixo do limite estipulado, estão a beneficiar desta isenção automática o que originou um decréscimo de quase 250.000 € desta receita.

Salienta-se que para este decréscimo contribuiu ainda a redução da taxa de IMI em função do número de dependentes, nos termos previstos no n.º 13 do artigo 112.º do CIMI, designadamente com uma redução de 10% para as famílias com um dependente, de 15% para as famílias com dois dependentes e de 20% para as famílias com três ou mais dependentes.

O gráfico seguinte ilustra a evolução que a receita proveniente deste imposto teve nos últimos anos, verificando-se que, à exceção do exercício de 2016, pelos motivos referidos, apresenta uma trajetória favorável, sendo que comparativamente ao ano de 2012 aumentou cerca de 908.000 €.

Quanto ao montante previsto no PSF para o ano em análise, constata-se que, apesar dos condicionalismos enunciados, foi ultrapassado em mais de 900.000 €.

Gráfico n.º 31 - Evolução da Receita de IMI



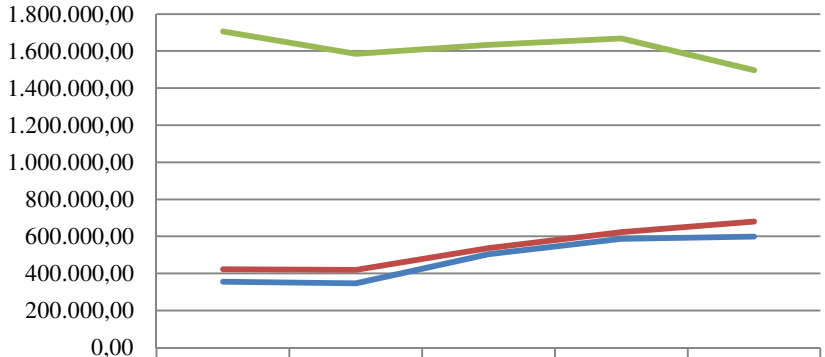
	2012	2013	2014	2015	2016
IMI	1.599.440,93	1.784.004,52	2.007.679,94	2.756.840,78	2.507.103,05

6.2.3.8. Revisão dos preços municipais (abastecimento de água, saneamento de águas residuais e resíduos sólidos urbanos) suportada em fundamentação económico-financeira aproximando-os progressivamente do preço de sustentabilidade.

Objetivo: Revisão dos preços dos serviços identificados permitindo arrecadar o montante de 2.445.912 € em abastecimento de água, 1.394.615,31 € de saneamento de águas residuais e 694.589,88 € de resíduos sólidos urbanos.

No que respeita a esta Medida, importa referir que devido a problemas verificados com o processamento da faturação respeitante ao mês de novembro, a receita arrecadada no ano de 2016 reporta a um período temporal inferior ao verificado nos restantes exercícios em análise, pois a maior parte da receita respeitante a esse mês foi recebida em janeiro de 2017, pelo que a comparação dos valores não traduz com exatidão a realidade pois, pela análise do gráfico seguinte, que retrata os valores executados por ano económico, verifica-se que a receita com a venda de água diminuiu relativamente ao ano anterior, sendo que na realidade houve um desfasamento temporal relativo à arrecadação da mesma.

Gráfico n.º 32 - Água, Saneamento e Resíduos



	2012	2013	2014	2015	2016
Saneamento	355.708,16	347.432,99	504.086,76	586.377,83	598.138,41
Resíduos sólidos	422.378,83	419.053,60	537.354,61	622.695,92	679.707,76
Abastecimento de água	1.705.544,30	1.586.064,77	1.634.349,68	1.668.120,97	1.497.272,65

6.3 - Execução Orçamental

O quadro que a seguir se apresenta, estabelece a comparação entre os valores projetados no PSF para a execução das receitas e despesas com os montantes efetivamente realizados durante o exercício de 2016.

Apesar de a receita total arrecadada ter sido inferior à prevista no Plano, a despesa acompanhou a mesma tendência. Do lado da receita, o maior desvio negativo verificou-se nas transferências de capital, enquanto que o desvio positivo ocorreu nos impostos diretos.

Relativamente à despesa, verifica-se que a maior poupança foi alcançada nas aquisições de bens de capital seguida das despesas com pessoal.

Quadro n.º 15 - Fluxos de Caixa

Descrição	Executado	Previsto PSF	Grau de Execução	Desvio
Saldo da Gerência Anterior	**1.254.749,30**	**2.581.550,71**	**49%**	**-1.326.801,41**
Execução Orçamental	388.752,96	1.733.070,31	22%	-1.344.317,35
Operações de Tesouraria	865.996,34	848.480,40	102%	17.515,94
Receita				
Receita Corrente	**18.201.961,23**	**18.311.446,55**	**99%**	**-109.485,32**
01 - Impostos diretos	3.330.209,75	2.457.970,37	135%	872.239,38
02 - Impostos indiretos	128.172,74	79.301,20	162%	48.871,54
04 - Taxas, multas e outras penalidades	255.731,11	346.457,93	74%	-90.726,82
05 - Rendimentos de propriedade	1.120.124,60	853.188,80	131%	266.935,80
06 - Transferências correntes	9.860.759,54	10.302.282,00	96%	-441.522,46
07 - Venda de bens e serviços correntes	3.419.420,59	4.138.779,74	83%	-719.359,15
08 - Outras receitas correntes	87.542,90	133.466,51	66%	-45.923,61

Receita de Capital	**1.634.693,72**	**7.010.783,48**	**23%**	**-5.376.089,76**
09 - Venda de bens de investimento	80.725,00	515.000,00	16%	-434.275,00
10 - Transferências de capital	1.553.968,72	6.495.622,00	24%	-4.941.653,28
12 - Passivos Financeiros				0,00
13 - Outras receitas de capital		161,48	0%	-161,48
Outras Receitas	**1.260,81**	**30,00**	**4203%**	**1.230,81**
Receita Orçamental Total	**19.837.915,76**	**25.322.260,03**	**78%**	**-5.484.344,27**
Receita Operações de Tesouraria	**1.190.646,06**	**1.166.490,34**	**102%**	**24.155,72**
Despesa				
Despesa Corrente	**15.710.522,03**	**17.602.375,73**	**89%**	**-1.891.853,70**
01 - Despesas com pessoal	5.638.630,70	6.383.775,29	88%	-745.144,59
02 - Aquisição de bens e serviços	7.925.956,00	8.355.668,64	95%	-429.712,64
03 - Juros e outros encargos	344.824,66	607.527,42	57%	-262.702,76
04 - Transferências correntes	1.382.833,24	2.069.740,11	67%	-686.906,87
05 - Subsídios	287.016,50	102.929,50	279%	184.087,00
06 - Outras despesas correntes	131.260,93	82.734,77	159%	48.526,16
Despesa de Capital	**3.842.419,17**	**7.613.911,99**	50%	-3.771.492,82
07 - Aquisição de bens de capital	1.806.442,50	5.800.000,00	31%	-3.993.557,50
08 - Transferências de capital	367.181,88	786.671,81	47%	-419.489,93
09 -Ativos financeiros	139.948,00		#DIV/0!	139.948,00
10 - Passivos financeiros	1.528.846,79	1.027.240,18	149%	501.606,61
11 - Outras despesas de capital				0,00
Despesa Orçamental Total	**19.552.941,20**	**25.216.287,72**	**78%**	**-5.663.346,52**
Despesa Operações de Tesouraria	**1.202.892,28**	**1.204.147,68**	**100%**	**-1.255,40**
Saldo para a Gerência Seguinte	**1.527.477,64**	**2.649.865,68**	**58%**	**-1.122.388,04**
Execução Orçamental	673.727,52	1.839.042,62	37%	-1.165.315,10
Operações de Tesouraria	853.750,12	810.823,06	105%	42.927,06

6.4. Balanço

Estabelecendo a comparação dos montantes previstos e executados do Balanço observa-se uma execução de 86%. O quadro n.º 16 sintetiza essa execução.

Quadro n.º 16 - Balanço

	ACTIVO	Ativo Líquido	Previsto PSF	Grau de Execução	Desvio
	Imobilizado	**69.256.627,59**	**78.434.162,12**	**88%**	**-9.177.534,53**
	Bens de domínio público	**24.591.653,72**	**29.713.730,51**	**83%**	**-5.122.076,79**
451	Terrenos e recursos naturais	132.769,90		0%	132.769,90
452	Edifícios			0%	0,00
453	Outras construções e infraestruturas	9.870.743,54	20.985.190,08	47%	-11.114.446,54
455	Bens do património histórico, artístico e cultural			0%	0,00
459	Outros bens de domínio público	1.235.977,27		0%	1.235.977,27
445	Imobilizações em curso	13.352.163,01	15.134.660,84	88%	-1.782.497,83
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público			0%	0,00
485	Amortizações Acumuladas	8.275.253,53	6.406.120,41	129%	1.869.133,12
	Imobilizações incorpóreas	**463.187,27**	**187.880,40**	**247%**	**275.306,87**
431	Despesas de instalação			0%	0,00

432	Despesas de investigação e de desenvolvimento		7.273,91	0%	-7.273,91
433	Propriedade industrial e outros direitos			0%	0,00
439	Outras imobilizações incorpóreas		29.095,65	0%	-29.095,65
443	Imobilizações em curso	463.187,27	171.132,60	271%	292.054,67
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas			0%	0,00
485	Amortizações Acumuladas		19.621,76	0%	-19.621,76
	Imobilizações corpóreas	**40.347.593,27**	**44.750.148,27**	**90%**	**-4.402.555,00**
421	Terrenos e recursos naturais	4.154.830,62	2.636.271,98	158%	1.518.558,64
422	Edifícios e outras construções	19.697.671,04	27.572.356,20	71%	-7.874.685,16
423	Equipamento básico	2.528.832,42	2.210.505,88	114%	318.326,54
424	Equipamento de transporte	2.092.759,48	1.877.357,05	111%	215.402,43
425	Ferramentas e utensílios	665.991,07	557.482,99	119%	108.508,08
426	Equipamento administrativo	1.926.185,07	1.930.345,32	100%	-4.160,25
427	Taras e vasilhame			0%	0,00
429	Outras imobilizações corpóreas	344.439,56	1.029.338,48	33%	-684.898,92
442	Imobilizações em curso	21.380.048,34	19.216.745,89	111%	2.163.302,45
448	Adiantamento por conta de imobilizações corpóreas			0%	0,00
485	Amortizações Acumuladas	12.443.164,33	12.280.255,52	101%	162.908,81
	Investimentos financeiros	**3.854.193,33**	**3.782.402,94**	**102%**	**71.790,39**
411	Partes de capital	2.874.553,00	3.782.402,94	76%	-907.849,94
412	Obrigações e títulos de participação	979.640,33		0%	979.640,33
414	Investimentos em imóveis			0%	0,00
415	Outras aplicações financeiras			0%	0,00
441	Imobilizações em curso			0%	0,00
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros			0%	0,00
	Circulante	**3.891.867,85**	**6.223.073,77**	**63%**	**-2.331.205,92**
	Existências	**230.143,96**	**132.760,58**	**173%**	**97.383,38**
36	Matérias Primas, subsidiárias e de consumo	230.143,96	89.988,57	256%	140.155,39
35	Produtos e trabalhos em curso			0%	0,00
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos			0%	0,00
33	Produtos acabados e intermédios			0%	0,00
32	Mercadorias		42.772,01	0%	-42.772,01
37	Adiantamentos por conta de compras			0%	0,00
	Dívidas de terceiros - Medio e longo prazos: (a)	**0,00**	**0,00**	**0%**	**0,00**
282	Empréstimos concedidos de m/l prazo			0%	0,00
	Dívidas de terceiros - Curto prazo:	**1.345.059,31**	**3.439.445,51**	**39%**	**-2.094.386,20**
28	Empréstimos concedidos			0%	0,00
211	Clientes c/c			0%	199.603,58
212	Contribuintes c/c	199.603,58	1.140.176,11	18%	#REF!
213	Utentes c/c	88.326,46	299.229,38	30%	-210.902,92
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	270.098,08	266.404,94	101%	3.693,14
251	Devedores pela execução do orçamento			0%	0,00
229	Adiantamentos a fornecedores			0%	0,00
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado			0%	0,00
24	Estado e outros entes públicos	28.883,50	81.895,38	35%	-53.011,88
264	Administração autárquica			0%	0,00
	Outros devedores	758.147,69	1.651.739,70	46%	-893.592,01
	Títulos negociáveis:	**0,00**	**0,00**	**0%**	**0,00**
151	Ações			0%	0,00
152	Obrigações e títulos de participação			0%	0,00
153	Títulos de dívida pública			0%	0,00
159	Outros títulos			0%	0,00

18	Outras aplicações de tesouraria			0%	0,00
	Depósitos em instituições financeiras e Caixa:	**1.527.477,64**	**2.650.867,68**	**58%**	**-1.123.390,04**
12	Depósitos em instituições financeiras	1.525.025,34	2.645.867,68	58%	-1.120.842,34
11	Caixa	2.452,30	5.000,00	49%	-2.547,70
	Acréscimos e diferimentos:	**789.186,94**	**71.992,03**	**1096%**	**717.194,91**
271	Acréscimos de proveitos	753.755,38		0%	753.755,38
272	Custos diferidos	35.431,56	71.992,03	49%	-36.560,47
	Total Ativo Líquido	**73.148.495,44**	**84.729.227,92**	**86%**	**-11.580.732,48**

	Fundos Próprio e Passivo	Valor	Previsto PSF	Grau de Execução	Desvio
	Fundos próprios	**27.147.489,24**	**30.938.507,01**	**88%**	**-3.791.017,77**
51	Património	17.033.260,46	16.663.150,59	102%	370.109,87
55	Ajustamento de partes de capital em empresas			0%	0,00
56	Reservas de reavaliação		1.242.834,52	0%	-1.242.834,52
	Reservas	**2.512.117,60**	**1.242.834,52**	**202%**	**1.269.283,08**
571	Reservas legais	1.243.400,75	1.110.639,02	112%	132.761,73
572	Reservas estatutárias			0%	0,00
573	Reservas contratuais			0%	0,00
574	Reservas livres			0%	0,00
575	Subsídios	95.892,50	95.892,50	100%	0,00
576	Doações	1.172.824,35	36.303,00	3231%	1.136.521,35
577	Reservas decorrentes de transferências de ativos			0%	0,00
59	Resultados transitados	3.354.871,27	9.785.982,97	34%	-6.431.111,70
88	Resultado líquido em exercício	4.247.239,91	3.246.538,93	131%	1.000.700,98
	Passivo	**46.001.006,20**	**53.790.720,90**	**86%**	**-7.789.714,70**
292	Provisões para riscos e encargos	1.942.315,44		0%	1.942.315,44
2312	**Dívidas a terceiros - Médio e longo prazos (a)**	**12.197.424,09**	**12.492.458,25**	**98%**	**-295.034,16**
2312	Empréstimos de médio e longo prazo	11.497.679,76	12.492.458,25	92%	-994.778,49
227	Fornecedores - contratos futuros			0%	0,00
2617	Fornecedores Imobilizado - contratos futuros			0%	0,00
268	Credores diversos - FAM	699.744,33		0%	699.744,33
	Dívidas a terceiros - Curto Prazo	**7.659.737,05**	**4.056.365,14**	**189%**	**3.603.371,91**
2311	Empréstimos de curto prazo			0%	0,00
269	Adiantamentos por conta de vendas			0%	0,00
221	Fornecedores c/c	4.674.571,53	2.194.527,59	213%	2.480.043,94
228	Fornecedores - Faturas em receção e conferência	63.178,55	4.046,52	1561%	59.132,03
252	Credores pela execução do orçamento			0%	0,00
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes			0%	0,00
2611	Fornecedores de imobilizado c/c	2.054.309,81	51.618,27	3980%	2.002.691,54
24	Estado e outros entes públicos	90.006,91	74.424,55	121%	15.582,36
264	Administração autárquica			0%	0,00
	Outros credores	51.406,68	1.037.617,77	5%	-986.211,09
	Garantias e Cauções	726.263,57	694.130,44	105%	32.133,13
	Acréscimos e diferimentos:	**24.201.529,62**	**37.241.897,51**	**65%**	**-13.040.367,89**
273	Acréscimos de custos	1.922.761,20		0%	1.922.761,20
274	Proveitos diferidos	22.278.768,42	37.241.897,51	60%	-14.963.129,09
	Total dos Fundos Próprios e do Passivo	**73.148.495,44**	**84.729.227,91**	**86%**	**-11.580.732,47**

6.5. Demonstração de Resultados

No que respeita aos resultados, verifica-se um desvio positivo relativamente ao expectável no PSF, pois na análise do quadro n.º 17 constata-se que o resultado líquido superou o previsto em mais de 1.000.000 € consequencia de um nivel de custos abaixo do conjeturado em 234.463 € e de um nivel de proveitos superior em 766.238 €.

quadro n.º 17 - Demonstração de Resultados

Descrição	Valor	Previsto PSF	Grau de Execução	Desvio
Custos e Perdas	**16.652.260,08**	**16.886.723,10**	**99%**	**-234.463,02**
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	1.536.877,49	1.496.523,40	103%	40.354,09
Fornecimentos e serviços externos	5.816.891,54	3.859.145,24	151%	1.957.746,30
Custos com pessoal	5.669.473,35	6.383.775,29	89%	-714.301,94
Transferências e subsídios	694.576,07	2.172.669,61	32%	-1.478.093,54
Amortizações do exercício	2.205.366,39	1.497.675,56	147%	707.690,83
Provisões do exercício	12.852,00		0%	12.852,00
Outros custos operacionais	75.195,32	82.734,77	91%	-7.539,45
Custos e perdas financeiros	277.039,43	607.527,42	46%	-330.487,99
Custos e perdas extraordinários	363.988,49	786.671,81	46%	-422.683,32
Proveitos e Ganhos	**20.899.499,99**	**20.133.262,03**	**104%**	**766.237,96**
Vendas e prestações de serviços	2.314.784,64	4.138.779,74	56%	-1.823.995,10
Impostos e taxas	4.691.511,84	2.883.729,50	163%	1.807.782,34
Trabalhos para a própria entidade				
Proveitos Suplementares	2.126,50	853.188,80	0%	-851.062,30
Transferências e subsídios obtidos	11.106.940,89	12.123.904,00	92%	-1.016.963,11
Outros proveitos e ganhos operacionais	1.100.756,96	133.468,51	825%	967.288,45
Proveitos e ganhos financeiros	8.799,45		0%	8.799,45
Proveitos e ganhos extraordinários	1.674.579,71	191,48	874545%	1.674.388,23
Resultado Líquido do Exercício	**4.247.239,91**	**3.246.538,93**	**131%**	**1.000.700,98**

6.6 - Endividamento

A Lei n.º 73/2013 alterou profundamente a forma de cálculo do endividamento municipal, tanto ao nível do cálculo do limite como da dívida. Conforme foi referido no Ponto 4 do presente relatório, o Município concluiu o exercício de 2016 com o nível da dívida total abaixo do seu limite, tendo registado uma margem superior a 7.300.000 €.

À luz do art.º 58.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais, os municípios encontram-se em situação de saneamento financeiro se:

a) Ultrapassarem o limite da dívida total; ou

b) O montante da dívida, excluindo empréstimos, seja superior a 0,75 vezes a média da receita líquida cobrada nos últimos três exercícios.

No caso do Município, o limite determinado na línea *b)* é de 13.260.964 € o que, considerando a dívida líquida de empréstimos 6.963.551 €, representa uma margem de 6.297.413.

Em conclusão pode-se afirmar que, o Município de Mirandela já não se encontra em situação de saneamento financeiro estando, no entanto, obrigado a cumprir o contrato de saneamento até ao seu términus.

Mirandela, 21 de abril de 2017.

O Presidente da Câmara Municipal;

_____

António José Pires Almor Branco

O Vice-Presidente da Câmara Municipal;

_____

Rui Fernando Moreira Magalhães

A Vereadora em Regime de Tempo Inteiro;

_____

Deolinda do Céu Lavandeira Ricardo

O Vereador em Regime de Tempo Inteiro;

_____

Manuel Carlos Pereira Rodrigues

O Vereador em Regime de Não Permanência;

_____

José Manuel Correia de Morais

O Vereador em Regime de Não Permanência;

_____

Carlos Fernando Avelens Freitas

O Vereador em Regime de Não Permanência;

_____

João Maria Casado Figueiredo